



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS V
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

MANUELA DA COSTA SILVA

**CONTROLE SOCIAL UM CAMINHO PARA O DIREITO À CIDADE: ESTUDO DE
CASO NA RUA DA VITÓRIA NO BAIRRO BARRO VERMELHO EM SANTO
ANTÔNIO DE JESUS/BA**

SANTO ANTÔNIO DE JESUS
2016

MANUELA DA COSTA SILVA

**CONTROLE SOCIAL UM CAMINHO PARA O DIREITO À CIDADE: ESTUDO DE
CASO NA RUA DA VITÓRIA NO BAIRRO BARRO VERMELHO EM SANTO
ANTÔNIO DE JESUS/BA**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia, DCH- Campus V, como requisito para a obtenção do título de licenciada em Geografia. Sob a orientação do Professor Doutor James Amorim Araújo.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS
2016

Dedico este trabalho, aos homens e as mulheres que lutam pelos seus direitos, e pelos direitos da coletividade.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa não seria possível sem a contribuição de várias pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram significativamente em cada etapa da mesma, e por isso agradeço:

Primeiramente, a Deus, por ter me agraciado com o dom da vida, e ter me proporcionado, sabedoria e discernimento para vencer os obstáculos e desafios vivenciados ao longo destes anos de existência.

Eternamente, a minha família que, como alicerce tem o meu pai Manoel Silva e a minha mãe Maria Celestina, estes sempre me apoiaram, educaram e deram força para continuar a lutar pelos meus sonhos.

As minhas queridas irmãs, Mayara Silva e Mariela Silva, que incentivaram a minha entrada e permanência na universidade.

Aos meus sobrinhos João Victor e Lukas, por todos os momentos de muitas alegrias que eles me proporcionam, permitindo instantes de desestresse.

Ao meu cunhado Nilson Silva, pelo apoio durante esses anos acadêmicos, com sua carona solidária.

Ao meu orientador, professor Doutor James Amorim Araújo, por ter aceitado me orientar na construção dessa pesquisa, e pela atenção, dedicação e sábias sugestões durante as orientações. Sendo este também, um dos mediadores, desde o primeiro semestre, do conhecimento científico, que adquiri no curso de Geografia.

A todos os professores do Colegiado de Geografia que, contribuíram com a minha formação acadêmica. Aos funcionários do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) DCH, Campus V.

Aos meus colegas da turma de Geografia com ingresso em 2012.1, pelos bons e desafiadores momentos que passamos juntos. Em especial, agradeço a Alana Souza, Claudemira Bahia e Elísia Almeida, que juntamente comigo, formava um “quarteto fantástico” para o desenvolvimento de trabalhos da universidade, amizade que ultrapassou os muros da instituição.

Por fim, aos moradores da Rua da Vitória no bairro Barro Vermelho, que contribuíram diretamente para o desenvolvimento desta pesquisa. Aos que, aceitaram responder os questionários, e aqueles que, gentilmente, cederam um tempo do seu dia para serem entrevistados. Sem essas contribuições, este trabalho não seria possível.

RESUMO

Este trabalho objetivou compreender como os moradores da Rua da Vitória, localizada no bairro Barro Vermelho em Santo Antônio de Jesus/BA, percebem e agem em relação à deficiência da infraestrutura na localidade. Os objetivos específicos traçados foram: coletar informações sobre a formação do bairro/rua, através de relatos de alguns moradores mais antigos, identificar a cobertura de infraestrutura presente na rua, levantar o perfil socioeconômico dos moradores, saber como a precariedade na infraestrutura da localidade afeta o cotidiano dos moradores, e, coletar dados que identifiquem possíveis articulações ou mobilizações feitas pelos moradores visando melhorias nos serviços. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram utilizados como procedimentos metodológicos: o levantamento de fontes, especialmente as que retratam sobre a temática do controle social, e para se alcançar os objetivos específicos: levantamento da infraestrutura da rua, através de um formulário *Pedalitta* e registros fotográficos. Entrevistas semiestruturadas com cinco moradores locais, os quais foram escolhidos mediante ao conhecimento de que estes residem na localidade desde que eram crianças. Aplicação de questionários em noventa e quatro domicílios. Com os dados levantados em campo, foram elaborados gráficos de setores e tabelas para melhor representá-los, bem como um quadro para representar os serviços de infraestrutura existentes na localidade e um mosaico fotográfico com algumas imagens registradas em *lócus*. Posteriormente, fez-se a análise e discussão dos resultados obtidos. Concluiu-se que a forma encontrada pelos moradores de agirem e cobrarem por melhorias nos serviços públicos da localidade é fragilizada, e por vezes desorganizada. Com a descontinuidade da associação de moradores da Rua da Vitória, desestruturou-se o mínimo de organização que se tinha para cobrar, alcançar e fiscalizar os serviços públicos para localidade.

Palavras-Chave: Deficiência de infraestrutura. Controle social. Direito à cidade.

LISTA DE SIGLAS

BA	Bahia
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PÓLIS	Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
ONGs	Organizações Não Governamentais
SAJ	Santo Antônio de Jesus

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização da área de estudo.....	12
Figura 2- Quadro com a descrição da <i>Pedalitta</i> da Rua da Vitória.....	32
Figura 3- Mosaico fotográfico com imagens de trechos da Rua da Vitória.....	32
Figura 4- O que causa mais transtorno devido à falta de calçamento.....	39
Figura 5- Incômodo com a falta de áreas públicas de lazer no bairro.....	40
Figura 6- Avaliação da iluminação pública da rua.....	41
Figura 7- Avaliação do atendimento no posto de saúde do bairro.....	42
Figura 8- Avaliação da coleta de lixo na rua.....	43
Figura 9- Participação com outras pessoas para cobrar algum serviço público.....	45
Figura 10- Conhecimento que existiu um associação de moradores na rua.....	46
Figura 11- Avaliação de como a gestão municipal vem trabalhando no município.....	47
Figura 12- Serviço público que gostaria de ver implantado na rua.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Perfil socioeconômico: tempo de moradia e pessoas por domicílio.....	34
Tabela 2- Perfil socioeconômico: quantidade de cômodos e condição de moradia.....	35
Tabela 3- Perfil socioeconômico: faixa etária e nível de escolarização.....	36
Tabela 4- Perfil socioeconômico: quantidade de pessoas com ocupação e renda mensal.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 MOVIMENTOS POPULARES URBANOS BRASILEIROS E A LUTA POR UMA REFORMA URBANA.....	16
2.1 CONTROLE SOCIAL: UM CAMINHO PARA ALCANÇAR O DIREITO À CIDADE.....	20
3 DAS MEMÓRIAS UMA PROSA: RELATOS DE ALGUNS MORADORES SOBRE A FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO BAIRRO BARRO VERMELHO E DA RUA DA VITÓRIA.....	24
3.1 CONHECIMENTO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A FORMAÇÃO DO BAIRRO E DA RUA.....	24
3.2 ORIGEM DOS NOMES DO BAIRRO E DA RUA.....	27
3.3 A SAUDADE PELO TEMPO QUE SE FOI.....	28
4 COMO OS MORADORES PERCEBEM E AGEM EM RELAÇÃO A DEFICIÊNCIA DE INFRAESTRUTURA NA LOCALIDADE.....	31
4.1 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA RUA DA VITÓRIA POR TRECHO.....	31
4.2 LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIOECÔNOMICO DOS MORADORES.....	33
4.3 PERCEPÇÕES DOS MORADORES SOBRE A INFRAESTRUTURA DA RUA.....	38
4.4 COMO OS MORADORES AGEM EM RELAÇÃO À DEFICIÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DA RUA.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES.....	53

1 INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras em sua maioria possuem muitas limitações de ordem social que geram implicações significativas para seus habitantes. Problemas como mobilidade urbana, segurança pública, crescimento desordenado, precariedade ou falta de serviços básicos, entre outros, ocasionam muitos transtornos, sendo decorrentes principalmente do rápido processo de urbanização no Brasil. Cabe-nos lembrar de que este quadro é mais agravante em lugares com populações mais carentes.

A Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, fixa parâmetros da política urbana, definindo objetivos, princípios e diretrizes dos instrumentos de ação da gestão urbana, a serem utilizados, especialmente, pelo poder público municipal. Este regulamento visa uma reforma urbana, que possibilite aos cidadãos o direito de morar e viver dignamente, também a criação de zonas especiais para o investimento público e participação popular (SILVA, 2003). Segundo ainda o mesmo, este estatuto é indispensável, pois as práticas de exclusão e segregação socioespacial no país são desenfreadas, sendo assim faz-se necessário o mesmo para que tenhamos cidades mais justas e dignas para todos.

O Art. 2º dessa Lei, Parágrafo I, dirige-se a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2004). No mesmo Artigo, Parágrafo II dispõe-se a seguinte diretriz: gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Observa-se que após quase quinze anos de vigência desse estatuto, continuamos com os mesmos problemas de antes, e algumas destes aumentaram decorrentes do crescimento das cidades. Percebemos o não cumprimento, em muitos casos, do que é exposto nos parágrafos I e II do Art. 2º do Estatuto da Cidade, e isso demonstra que as leis existem, mas nem sempre são exercidas, sempre há um “jeitinho” inconstitucional de burlá-las. Com isso quem sai perdendo é a população com baixa renda, pois não podendo pagar por serviços e habitações

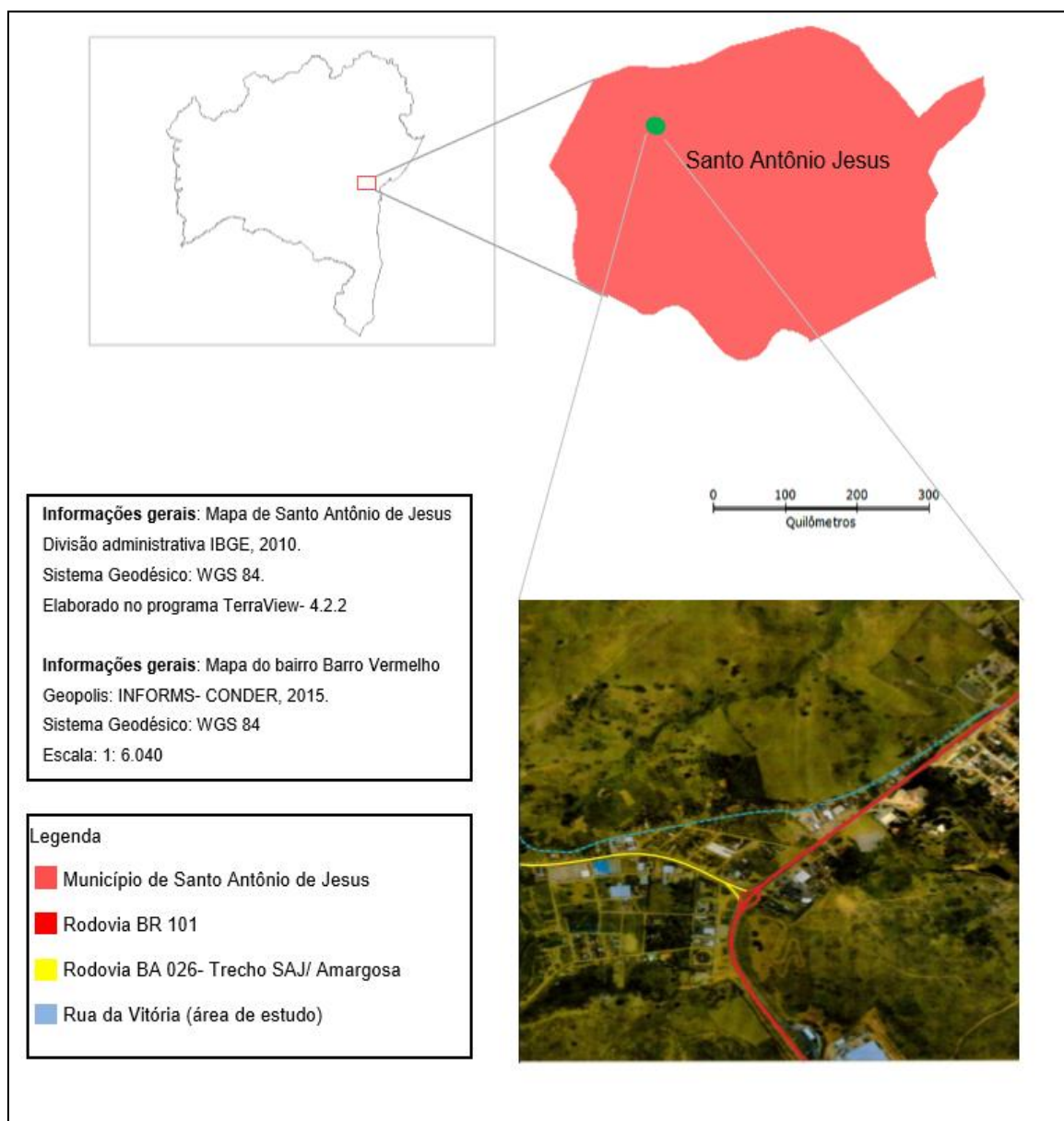
melhores, perdem de certa forma o direito à cidade e, conseqüentemente, o direito à infraestrutura da cidade.

Segundo Silva (2003) os serviços públicos mal distribuídos ou insuficientes, além de restringir o acesso de uma grande parte da população, também contribuem para a acumulação de serviços em uma determinada área em detrimento de outra. A partir do que é pontuado pelo autor é preciso refletir por que algumas áreas são privilegiadas ao contrário de outras, e para isso devemos entender que os “jogos” políticos são favoráveis à perpetuação das desigualdades sociais. Outro ponto para ser discutido é referente à participação popular nas decisões do planejamento urbano, garantida por lei, mas descumprida pelos gestores municipais e deixada de lado pela maioria dos cidadãos.

Os lugares das cidades que não objetivam algum interesse por parte das gestões públicas urbanas, são esquecidos e muitas vezes abandonados. Por esse motivo muitos bairros deixam de ter um sistema de infraestrutura, transporte, segurança, etc. razoáveis. Nessa perspectiva foi observado que a Rua da Vitória no bairro Barro Vermelho, no município em Santo Antônio de Jesus- BA, que existe há mais de 50 anos (Figura 1), pode ser um caso desse jogo de interesses. A localidade possui uma infraestrutura deficiente, e esta é uma limitação que tem gerado transtornos aos moradores.

A partir disso torna-se pertinente uma discussão sobre as condições infraestruturais dessa rua, levando em consideração as percepções dos seus moradores em relação à precariedade de determinados serviços. É cabível discutir, como estes veem a situação da deficiência de infraestrutura da localidade. Os mesmos vêm atuando, por meio de participação comunitária para solucionar ou reduzir os problemas decorrentes desta? Sendo assim, esta pesquisa pode contribuir com informações sistematizadas sobre a percepção de sujeitos que em seu dia a dia convivem com a realidade de uma rua com problemas de infraestrutura, o que interfere, por vezes, em sua qualidade de vida.

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Elaborado por Manuela da Costa Silva, 2016.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como os moradores da Rua da Vitória percebem e agem em relação à deficiência da infraestrutura na localidade. Para contemplar este, foram estabelecidos cinco objetivos específicos que subsidiaram o desenvolvimento da mesma. O primeiro objetivo traçado foi coletar informações sobre a formação do bairro/rua, através de relatos de alguns moradores mais antigos. Este objetivo é importante neste trabalho, pois não se encontrou arquivos documentais, textos, livros, artigos ou outras publicações

referentes à formação e ocupação inicial da área de estudo, que levassem a construção do segundo capítulo. Posteriormente, objetivou-se identificar a cobertura de infraestrutura presente na rua, pois se fez necessário saber se na rua existe alguns serviços básicos de infraestrutura. Em seguida, traçou-se levantar o perfil socioeconômico dos moradores da Rua da Vitória para se identificar algumas variáveis como: faixa etária, nível de escolarização, condição de moradia, renda mensal. Tornou-se pertinente também saber como a precariedade na infraestrutura da localidade afeta o cotidiano dos moradores. E, por fim, um dos objetivos estruturantes desta pesquisa, que foi coletar dados que identifiquem possíveis articulações ou mobilizações feitas pelos moradores visando melhorias nos serviços.

Ressaltar-se que esta pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem quanti-qualitativa. Vale destacar também que o controle social discutido no estudo de caso desta pesquisa, parte não de imediato de uma gestão democrática, com participação popular expressiva, mas de uma construção básica deste. E por esse motivo não se levou a pesquisa para uma discussão voltada aos órgãos gestores do município de Santo Antônio de Jesus. Entende-se que para se alcançar um pleno e eficaz controle social, deve-se haver primeiramente uma consciência de coletividade em *stricto sensu*, ou seja, a organização de pessoas que visam resolver os próprios problemas partiria inicialmente na comunidade, rua, bairro, como exemplo, se tem as associações de moradores.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram utilizados como procedimentos metodológicos: o levantamento de fontes, especialmente as que retratam sobre a temática do controle social, e para se alcançar os objetivos específicos foram utilizados alguns instrumentos de coleta de dados: entrevista semiestruturada, questionário, registros fotográficos e um formulário de *Pedallita*¹.

A entrevista foi aplicada para cinco moradores com idades entre 52 a 96 anos, e em comum acordo e registrado através de um termo de consentimento livre e esclarecido. A escolha das cinco pessoas que foram entrevistadas partiu do conhecimento de que estas residem na localidade desde que eram crianças. Todas as respostas foram gravadas durante a coleta e posteriormente, transcritas.

¹ *Pedallita* é um formulário com itens a serem preenchidos referentes à descrição dos serviços de infraestrutura (ex: pavimentação, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, abastecimento de água, eletrificação, iluminação pública, telefonia, passeio, coleta de lixo) presentes numa dada localidade, por trechos.

Os questionários foram aplicados em noventa e quatro domicílios da rua, mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. O questionário foi composto por itens referentes aos dados de identificação do questionado, bem como do perfil socioeconômico, além de perguntas que foram elaboradas para que se alcançar os dois últimos objetivos estabelecidos nessa pesquisa. Os registros fotográficos e o formulário *Pedalitta* foram utilizados para se identificar a cobertura de infraestrutura presente na rua.

Com os dados levantados *In Loco*, foram elaborados gráficos de setores e tabelas para melhor representá-los, bem como um quadro para representar os serviços de infraestrutura existentes na localidade e um mosaico fotográfico com algumas imagens da rua que foram registradas. Posteriormente, fez-se a análise e discussão dos resultados obtidos.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, está constituída a fundamentação teórica, voltada para a discussão de um breve contexto, referente ao controle social e as lutas para uma reforma urbana brasileira, retratando também como o controle social é um dos caminhos para o direito à cidade. Neste sentido, se buscou diversas fontes que contribuíram positivamente para a construção dialógica deste capítulo, tais como: Campos Filho (1992), Saule Júnior e Uzzo (2010), Brasil (2002), Mukai (2008), entre outros, que estruturaram a discussão a respeito da luta por uma reforma urbana no Brasil. Para discorrer especificamente sobre o controle social e sua importância para promover uma gestão dos recursos públicos, mais democrática, recorreu-se a Rocha (2009), Abiko (2011), Correia (2006), Souza (2011), entre outros.

O segundo capítulo refere-se à história de formação da rua de estudo e conseqüentemente do bairro onde esta fica localizada. O capítulo foi estruturado a partir dos dados coletados nas entrevistas com moradores mais antigos. Retrata-se neste, o conhecimento dos entrevistados em relação à formação do bairro/rua, além da origem dos nomes dados a estes. Através dos relatos, ainda se pôde construir um subitem de fechamento, no qual se discorre sobre como era à localidade em décadas passadas e atualmente, demonstrando a dinâmica espacial ao longo do tempo.

No terceiro e último capítulo, são dispostos os resultados e discussões referentes ao levantamento de campo, obtidos através dos questionários, do

formulário *Pedalitta* e dos registros fotográficos. Recorre-se, por vezes, a fundamentação teórica do primeiro capítulo para comprovar algumas constatações que foram obtidas a partir do que foi coletado. Além das representações visuais como: os gráficos, tabelas, o quadro e o mosaico fotográfico, elaborados para melhor facilitar a compreensão do que foi levantado em campo.

2 MOVIMENTOS POPULARES URBANOS BRASILEIROS E A LUTA POR UMA REFORMA URBANA

O rápido processo de urbanização no Brasil é uma das principais razões que fez o país apresentar condições urbanísticas precárias. Há uma disparidade, entre uma minoria com boa infraestrutura urbana, em detrimento a uma maioria que vive em áreas sem planejamento urbano, ou onde este é ineficiente. A concentração de renda é um dos motivos que desencadeia essa situação, pois segundo Campos Filho (1992) como o dinheiro público para as cidades é escasso, ele é intensamente disputado entre grupos e classes sociais. De acordo ainda com o autor, os que conseguem ganhar essa disputa são os que possuem rendas mais altas, porque têm acesso aos espaços onde são tomadas as decisões sobre a rede urbana, e através desse privilégio obtêm serviços básicos urbanos para os bairros de moradia ou negócio.

A situação de favoritismo para com determinados segmentos sociais da sociedade e o descaso com a população urbana desprovida financeiramente, foram as causas que impulsionaram os movimentos populares urbanos a lutarem para a criação de leis e instrumentos que resultassem em cidades mais justas e dignas de se viver, ou seja, notou-se que o Brasil precisava passar por uma reforma urbana. Segundo Saule Júnior e Uzzo (2010, p.259), a proposta de uma reforma urbana para as cidades brasileiras:

Foi inicialmente formulada no Congresso de 1963, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil. Mas com o golpe militar de 1964, constituiu-se um regime político autoritário (que durou até 1984) que inviabilizaria a realização dessas reformas.

De acordo ainda com os autores, as discussões sobre essa temática reapareceram nos anos 1970 e 1980, em um período que os movimentos sociais, gradativamente adquiriram mais visibilidade e relevância política, e já se encontravam capacitados a construir um discurso e uma prática social autonomista. Com o objetivo de reverter o quadro das desigualdades sociais, existentes no país, as reivindicações baseavam-se em uma nova ética social, que tinha como dimensão

importante, a politização da questão urbana, entendida como um elemento essencial para o processo de democratização da sociedade brasileira.

O cenário urbano brasileiro nesse momento também era marcado por um êxodo rural elevado, quando a população urbana aumentou significadamente e as cidades brasileiras cresceram carentes de infraestrutura². As consequências foram muitas, um exemplo desse crescimento exacerbado é a segregação espacial de bairros periféricos, que à margem de alguma condição de dignidade, foram gerados sob a cumplicidade do poder público (SAULO JÚNIOR E UZZO, 2010). Lefebvre (1999, p.15) retratou esse momento como um período de implosão-explosão das cidades, para este, enquanto:

Esse aspecto do processo global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a duvidosas excrescências: subúrbios, conjuntos residenciais, ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites, pouco diferentes de burgos urbanizados.

Diante da situação de negligência dos poderes públicos para com os problemas urbanos que surgiam, os movimentos sociais foram ganhando força e espaço de luta, mas tiveram que se articular politicamente, para não correrem o risco de cair no descrédito, sendo que esta poderia ser uma alegação das forças conservadoras para desvalorizá-los. Já articulados, e com momentos específicos para discussões de questões urbanas, foi criado, em janeiro de 1985, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Que segundo Saule Júnior e Uzzo (2010, p.260):

Contar a sua história é contar a trajetória de uma bandeira de luta que unificou e articulou diversos atores sociais. No princípio, a luta do Movimento tinha um caráter local, como a reivindicação por moradia. Mas com o fim do regime militar, passou a incorporar a idéia de cidade, a cidade de todos, a casa além da casa, a casa com asfalto, com serviços públicos, com escola, com transporte, com direito a uma vida social.

Como retratam estudiosos desta área, este movimento possibilitou a articulação da participação popular no Brasil. Impulsionados pela possibilidade de discutir sobre temáticas do campo urbanístico e cobrar soluções para os problemas

² Marcadas por um êxodo rural altíssimo entre 1940 e 1991, quando a população urbana passou de 31,2% a 75% do total da população nacional, as cidades brasileiras cresceram desprovidas de infraestrutura mínima (Saule Júnior e Uzzo, 2010).

urbanos, organizações da sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos, sindicatos, entre outros, reuniram-se e assumiram o papel de elaborar uma proposta de lei, que objetivasse uma mudança no perfil excludente das cidades brasileiras. Dentre as pautas discutidas estava a precariedade das políticas públicas de transporte, habitação, saneamento e ocupação do solo urbano.

O direito de todos os cidadãos desfrutarem de serviços públicos urbanos é colocado em pauta. Todos cidadãos deveriam usufruir de uma boa infraestrutura urbana, sem restrição de classe, gênero, raça, ou de qualquer outra diferenciação. Para que isso fosse possível, foi discutida também pelos movimentos a questão da participação popular na gestão das cidades, onde deve ser considerado que a sociedade é capaz de saber agir e decidir, sobre questões públicas de seu interesse. Com isso, a principal bandeira da reforma urbana se tornou o “direito à cidade”³, caracterizada pela gestão democrática e participativa, além da garantia de condições dignas a todos os habitantes das cidades. De acordo Santos (2014, p.157-158) o direito à cidade:

Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, por meio de instâncias de governo, e são devidos a todos. Sem isso não se dirá que existe o cidadão.

Os movimentos populares organizados e suas lutas do século XX alcançaram um grande feito no âmbito da política urbana no Estado brasileiro. Durante o processo de concretização da Constituição de 1988, o controle social lutou para incluir no texto constitucional, uma política de abrangência nacional, que deliberasse instrumentos para o desenvolvimento urbano igualitário. O mesmo deveria abarcar a participação social na gestão urbana e parâmetros para uma cidade mais digna de se viver (SILVA, 2003).

³ “O direito à cidade” se refere ao direito comum a uma vida urbana, no qual os cidadãos tenham assegurado o acesso a serviços urbanos e a participação nas tomadas de decisões das ações públicas voltadas para a área urbana. Para um estudo mais aprofundado, ler ‘O direito à cidade’ de David Harvey ou de Henri Lefebvre.

Após mais de uma década em tramitação, foi aprovado em 10 de julho de 2001, a Lei nº 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, que engloba todos os setores envolvidos na produção do espaço urbano. De acordo com Mukai (2008, p.85) esta lei “visa regulamentar o Art. 182 da Constituição da República, definindo princípios e objetivos, diretrizes de ação e instrumentos de gestão urbana a serem utilizados principalmente pelo Poder Público municipal”. E explicitamente, Brasil (2002, p.21) retrata que:

O Estatuto abarca um conjunto de princípios no qual está expressa uma concepção de cidade e de planejamento e gestão urbanos e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são meios para atingir as finalidades desejadas. Entretanto, delega como não podia deixar de ser para cada um dos municípios, a partir de um processo público e democrático, a explicitação clara destas finalidades. Neste sentido, o Estatuto funciona como uma espécie de “caixa de ferramentas” para a política urbana local.

No entanto, foi necessário traçar um instrumento mais específico, que também fosse de caráter nacional, para que os regulamentos fossem implementados de forma mais rápida e eficaz, assim foi estabelecido à construção obrigatória de Planos Diretores no Estatuto, para as cidades com mais de vinte mil habitantes. O Plano Diretor segundo Brasil (2002, p.40) é um:

Conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. O Plano Diretor parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização.

Entende-se que o Estatuto da Cidade é uma lei bem abrangente, porém, após quase quinze anos de vigência desse Estatuto, vemos que quase nada mudou, e os governos, em especial os dos municípios a quem a lei está direcionada, não cumprem com suas devidas obrigações, deixando de proporcionar o bem-estar mínimo a população. Na verdade, o acesso a serviços urbanos básicos é o direito mínimo do cidadão urbano, para que ele possa habitar com dignidade. Já o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, funciona ou era para funcionar como instrumento de

garantia da implementação dos serviços urbanos de maneira eficaz e imediata, mas não é isso que vemos.

Entretanto vale ressaltar que, dentro do âmbito da política de reforma urbana, os movimentos sociais impulsionaram a criação de leis e instrumentos que procuram viabilizar soluções para a situação urbanística desordenada do Brasil. Talvez se não houvesse essas organizações para promover esse debate, o poder público continuaria “fechando os olhos” para os problemas urbanos e seguiríamos na mesma situação de descaso. Todavia, o Estatuto da Cidade e seus instrumentos legais asseguram o direito a cidades mais justas e sustentáveis.

2.1 CONTROLE SOCIAL: UM CAMINHO PARA ALCANÇAR O DIREITO À CIDADE

A organização de pessoas que visam resolver os próprios problemas dos espaços em que vivem constitui um instrumento importante ao planejamento urbano. Ao vincular a participação da comunidade com a gestão municipal, pode-se estabelecer assim uma fiscalização dos serviços oferecidos, bem como a cobrança de outras demandas que a população local necessita. Desta forma é preciso que a população tenha consciência de que ela é um instrumento importante na construção de uma cidade mais justa e democrática.

Os cidadãos que se articulam para reivindicar os seus direitos, a exemplo das associações de moradores, configuram-se também como agentes produtores do espaço, pois propõem reformulações críticas para o mesmo. Ao cobrar do poder público medidas, mesmo que paliativas, para uma possível solução de algum problema, estes últimos se colocam como interventores para uma não permanência da segregação socioespacial produzida pelos grupos dominantes. O controle social representa a possibilidade de uma concepção cidadã, pautada na prática social, delineada em um modelo de equidade, objetivando progressos e conquistas políticas.

De acordo com Rocha (2009, p.51) “é unânime a posição de que o desafio da gestão democrática pressupõe a participação da sociedade civil no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública”. As leis existem, porém muitas vezes não são cumpridas, isso se deve a falta de fiscalização, tanto dos órgãos responsáveis, como da própria população. Por esse motivo, torna-se

imprescindível a participação comunitária, para que aja mais controle na distribuição e gestão dos serviços públicos urbanos. Abiko (2011, p.24) discorre sobre o que é a participação comunitária, segundo o mesmo, esta:

Refere-se ao processo pelo qual grupos de pessoas se organizam para resolver os próprios problemas. Para tanto, interagem com técnicos e governo, a fim de, em conjunto, obter resultados que sejam de seu interesse. O processo participatório pode se constituir em um instrumento poderoso para a coleta, análise e interpretação de informações úteis para o planejamento e para a tomada de decisões.

O controle social, na perspectiva das classes menos favorecidas, visa à atuação de setores organizados na sociedade civil que as representam na gestão das políticas públicas, no sentido de controlá-las para que atendam, cada vez mais, às demandas de seu interesse (CORREIA, 2006). Segundo ainda a autora:

Neste sentido, o 'controle social' envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos seus interesses de classe, tendo em vista a construção de sua hegemonia (CORREIA, 2006, p.68).

Nessa mesma perspectiva, o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais- PÓLIS (2008), através de um boletim informativo, retrata que o controle social:

É uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas, um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública.

Assim como os grupos dominantes (agentes modeladores do espaço) elaboram geoestratégias com clareza, a parcela majoritária da sociedade civil, que

não pertence a nenhum grupo dominador, precisa, sob um ângulo autonomista, qualificar-se e organizar-se para elaborar suas propostas e estratégias e lutar para colocá-las em prática (SOUZA, 2011a). É visto que a participação popular não pode ser exercida de forma aleatória e sem conhecimento, pois poderá se desvirtuar do seu real sentido, servindo muitas vezes somente de fachada ou estratégia política dos governantes.

Por isso Rocha (2009, p.75) nos alerta que a participação no mundo moderno tem sido defendida:

Tanto pelos movimentos sociais como por setores tradicionalmente desfavoráveis aos avanços das forças populares. A razão evidente, é que a participação oferece vantagens para ambos. Ela pode se implantar tanto com objetivos de liberação e igualdade como para a manutenção de uma situação de controle de muitos por alguns.

Sabe-se que a elaboração de políticas públicas não é um processo isento de troca de favores, é óbvio que existirão negociações, alianças, pressões ou coalizões por parte dos envolvidos (ROCHA, 2009). Esta poderá ou não refletir os interesses da população, pois traduzem mediações entre interesses de distintos atores que negociam soluções para problemas encontrados em determinados grupos sociais ou em espaços da sociedade. Torna-se assim evidente que o controle social pode também ser usado para o controle de uma maioria por uma minoria.

Contudo, cidadãos com mais conhecimento sobre as políticas de investimentos públicos nas gestões urbanas, podem organizar-se melhor para buscar efetivar a transparência nas tomadas de decisões, que poderão trazer soluções para os problemas urbanos de sua comunidade, ou amenizar essas dificuldades (ROCHA, 2009). Isso se deve ao fato de que, quanto mais bem informada a população é, menos ela será manipulada, pois esta terá maior discernimento em identificar os possíveis “jogos políticos” que envolvem a gestão dos recursos públicos.

Outro empecilho para um controle social mais efetivo no Brasil é a falta de uma cultura de coletividade. Não pode ser considerado democrático e participativo, um processo que pouquíssimas pessoas da sociedade civil participam e decidem. Temos um costume lamentável de nos ausentar nas discussões acerca das questões coletivas, isso se deve principalmente aos resquícios deixados pelas

dominações autoritárias e clientelistas no nosso país, que desencadeou em um agravante quadro de desigualdade social (MATOS, 2008).

Mas Souza (2011b) retrata que a democratização do planejamento e da gestão é mais que um objetivo, é um princípio fundamental. E que mesmo no interior de uma sociedade caracterizada por uma separação estrutural entre dirigentes e dirigidos é possível avançar bastante nessa direção. O autor também afirma que a participação popular no planejamento seria um dos três pilares constitutivos da reforma urbana, podendo contribuir decisivamente para a efetiva implementação das leis, já que, estando direta e fortemente envolvida no processo, a sociedade civil irá colaborar muito mais eficazmente na fiscalização do cumprimento das leis.

Rabat (2010) também ressalta que, do ponto de vista democrático é de particular relevância a organização dos setores sociais que se situam na base da pirâmide econômica e social. Pois para o autor, caso contrário, apenas as classes já bem posicionadas, aquelas para as quais, a capacidade de influir nas decisões estatais transcorre automaticamente, se aproveitarão efetivamente dos instrumentos de representação política disponíveis para a sociedade como um todo.

Sabe-se que a participação popular não é fácil de ser exercida plenamente, ela requer conhecimento e empenho dos agentes envolvidos. Além disso, a nossa sociedade ainda não se habituou a trabalhar conjuntamente, para resolver questões de seu interesse. Por esse motivo é necessário, designar uma série de condições adequadas para que esta se concretize de forma plena. O controle social configura-se como um caminho para que alcancemos o direito a cidades: mais justas e dignas para seus habitantes.

3 DAS MEMÓRIAS UMA PROSA: RELATOS DE ALGUNS MORADORES SOBRE A FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO BAIRRO BARRO VERMELHO E DA RUA DA VITÓRIA

Devido ao fato de não se encontrar arquivos documentais, textos, livros, artigos ou outras publicações referentes a formação e ocupação inicial da área de estudo, foi traçada para essa pesquisa a coleta de informações sobre a formação da rua e do bairro onde se localiza a mesma, através de relatos de alguns moradores mais antigos. Para alcançar esse objetivo, se buscou a utilização da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados.

A escolha das cinco pessoas que foram entrevistadas partiu do conhecimento de que estas residem na localidade desde que eram crianças. Os entrevistados no período do levantamento de dados⁴ possuíam idades entre 52 a 96 anos, sendo quatro do sexo feminino e um do masculino. As perguntas foram aplicadas em conformidade com todos eles, deixando-se livremente que estes dessem sentido a elas, de acordo com suas memórias/lembranças. Todas as respostas foram gravadas durante a coleta e posteriormente, transcritas para facilitar a construção deste capítulo.

É cabível informar que os entrevistados serão denominados com o codinome entrevistado 1, 2 e assim por diante, seguindo a ordem das aplicações das entrevistas. Isto se faz necessário devido o fato de não se poder, nessa pesquisa, divulgar os nomes reais destes, já que com assinatura do termo de consentimento de pesquisa livre e esclarecido, ficou acordado que seria mantido em sigilo a identidade de cada um deles.

3.1 CONHECIMENTO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A FORMAÇÃO DO BAIRRO E DA RUA

Com unanimidade, os entrevistados demonstraram certa imprecisão em relação à história de formação do bairro, não possuem informações em relação ao ano que o mesmo se formou, também não conseguem precisar quem foram os

⁴ As entrevistas foram aplicadas no período entre 30 de março a 20 de abril de 2016.

primeiros que chegaram para habitar o local, até pelo fato de quando eles nasceram a localidade já existia, mas se lembram e sabem os nomes dos proprietários das terras na época em que eram crianças, é o caso por exemplo, da entrevistada 5. Utilizando a fala de três destes, precisamente identificamos o que foi exposto acima:

Olha, não sei muito bem, mas já morava aqui algumas famílias, inclusive a minha, tudo era roça zona rural, poucas casas, não tinha energia, água encanada a gente pegava água na fonte [...] Demorou um pouco pro progresso chegar aqui, aí depois os povo mais antigo foi morrendo, os filhos vendendo os terrenos e começou a chegar mais gente. Tudo assim, mas não me lembro direito (ENTREVISTADA 1).

Eu tenho sessenta e cinco anos que nasci e desde então moro aqui e pai também nasceu e mora aqui a noventa e seis anos, já tinha a aqui, não era assim como hoje, não. Não sei como se formou só sei que tudo era diferente de hoje. Acho que se formou aos pouquinhos, foi chegando mais gente para morar e começou a crescer o bairro até ser o que é hoje (ENTREVISTADA 3).

Moro neste lugar desde o meu nascimento, isso tem setenta anos e desde então já se tinha o bairro, não como é hoje, mas já se tinha. Então tem bastante tempo que ele se formou, né? Como foi a história para ele se formar não sei minha avó já morava aqui, meu pai e os irmãos dele também nasceu e se criou aqui e eu quando nasci também e vivo até hoje, graças a Deus! [...] Este bairro pegava de onde hoje é a empresa Pneubom indo até a entrada da estrada que leva as zona rural de Santana do Rio da Dona, mas todas as terras eram fazendas. Tinha minha avó materna Percília Celestina que era dona de umas dessas fazendas e hoje eu moro em uma parte da fazenda que foi dela. Tinha a fazenda dos meus avós paternos Joana Balbina e José Joaquim. Tinha também Seu Vicente Ferreira e a esposa dele Dona Maroca Ferreira que hoje é onde é o condomínio Cidade Nova, Manoel Paixão que é a parte perto do prédio escolar Áurea Chamusca e Zeca Cardoso, João Cardoso que eram donos das terras onde hoje é a Itaipava (**grifo nosso**) [...] tinha Seu Oscar onde hoje é a empresa Meron e a Interzum e as casinhas que o prefeito Álvaro deu pro povo [...] tinha a fazenda que era de Dona Maria Bispo e Seu Davino e que vendeu para Sales e hoje é o Loteamento Sales, pois ele loteou e fez uma doação através de um deputado, para as pessoas construírem. [...] onde hoje é Rua Paraíba do outro lado da pista e mais abaixo onde é hoje o Loteamento do Mirante do Andaiá era uma mata na fazenda de Seu Geraldo da Mata, já onde hoje é o Loteamento Doce Lar era a fazenda de Seu Juvenal Souza [...] aí depois cada um foi vendendo ou morriam e os herdeiros vendiam os pedaços de terra e foi chegando mais gente para morar (ENTREVISTADA 5) (**grifo nosso**).

Quanto à implementação da rua, eles também não conseguiram citar precisamente as datas, porém, mesmo sem mencioná-las já foi possível identificar o

processo que levou o aumento do número de moradores e a efetiva implantação da antiga estrada de chão como rua:

A rua já tinha e era por onde a gente passava a pé e os povos nos animais que a gente chamava de estrada de animal e tinha a linha de trem que passava por dentro das roças dos povo. Quando o trem acabou na cidade no ano [...] eu acho que em 1960 mais ou menos, aí foi quando essa estrada de chão passou a ser rua mesmo. Eu lembro que de lugar em lugar a linha do trem atravessava essa estrada de animal (ENTREVISTADA 1).

A Rua Barro Vermelho que hoje o povo chama de Rua da Vitória já era estrada de passagem desde que eu me lembre, tenho cinquenta e dois anos é bastante tempo. Ainda nem tinha a BA 026 que vai para Amargosa que depois que foi feita, nem tinha essa parte da BR 101 que passa aí. Mas a rua já existia só que não era ocupada como hoje, muitas casas era só as fazendas mesmo, uma casa aqui outra lá longe, aqui mesmo era tudo deserto [...] mas depois se venderam algumas partes das fazendas e muita gente foi comprando e a rua é o que é hoje (ENTREVISTADA 2).

Essa rua já existia também desde quando nasci ela sempre foi estrada de chão, era por onde passava o povo a pé e montado no lombo dos animais, pois pelas fazenda passava o trem e todo o povo que ia para o mercado que era a feira com suas mercadoriazinhas para vender iam por essa estrada que hoje é a rua principal aqui do Barro Vermelho [...] quando acabou a linha do trem aí já tinha carro na cidade e de vez em quando se passava um ou outro, pois tudo naquela época era pouco, pouca gente, pouco carro (ENTREVISTADA 3).

Toda vida essa rua foi assim, sempre era assim, era a estrada de pedestre, era poucas casas, vinha desde a entrada onde hoje é o Motel Lagoa Dourada e ia até São Miguel das Matas era uma estrada completa, mas era estrada de chão que passava animal de carga e gente andando. A linha de ferro cortava a pedestre nos cruzamentos, mas a pedestre sempre seguia sua direção. Quando a linha de ferro acabou só tinha por onde passar pela rua mesmo, aí ficou todo mundo passando nela, animal, gente, carro que era pouco, mas tinha sim, pois meu pai mesmo fretava caminhãozinho para levar mercadoria até Nazaré para mandar para Salvador na mão de gente que tinha um transporte desses na época (ENTREVISTADA 5).

Ao longo das entrevistas e da transcrição das mesmas, identificou-se que todos os cinco entrevistados tiveram relatos bem parecidos em relação à forma de ocupação da rua e de sua formação. Com isso, a princípio já se pôde compreender um pouco da história do bairro e da rua, além de entender a dinâmica espacial da época. É perceptível que nesse período, o município de Santo Antônio de Jesus

passava por um processo de expansão da sua rede urbana, por meio da “conversão da terra rural em urbana”. Nascimento e Matias (2011) retrata que a urbanização, a partir da utilização de terras rurais convertidas em urbanas, reflete a dinâmica de acúmulo e concentração do capital na cidade e reproduz a aglomeração ao demandar cada vez mais espaço.

Com base no que foi relatado, se pôde saber como as terras da localidade eram ocupadas antigamente, sendo contado por eles que antes tudo eram fazendas e depois que membros das famílias que detinham essas posses venderam-nas. Consequentemente, que se começou a chegar mais moradores para o bairro e para a rua.

3.2 ORIGEM DOS NOMES DO BAIRRO E DA RUA

Ao serem questionados a respeito do conhecimento de como foi dado o nome ao bairro, nenhum dos entrevistados sabiam dizer. Apenas foram informados por eles que sempre foi chamado assim, bem como, nunca procuraram saber como tinha sido a escolha dessa denominação. O entrevistado 4 respondeu da seguinte forma: “nasci em 1920 e já se chamava Barro Vermelho, quem sabe quem deu esse nome, num sei não [...] num sei, não”. Já a quinta entrevistada, disse que: “sempre teve esse nome desde o tempo da minha avó já tinha esse nome e não mudou. Como já tenho setenta anos e já tinha o nome de Barro Vermelho quem escolheu já morreu há muito tempo para poder dizer, né?” A partir dessas duas falas se pode identificar que o nome dado ao bairro já foi realmente de muito tempo.

Em relação ao nome dado a rua foi relatado que esta sempre foi conhecida como Rua Barro Vermelho e que até hoje muitos moradores só se referem a ela assim. Como ela já existia na época em que as terras da localidade ainda eram fazendas, sendo também a principal via de acesso, possivelmente foi dado o mesmo nome do bairro para a rua. Já a respeito de, atualmente, a rua em questão se chamar Rua da Vitória, somente duas pessoas das que foram entrevistadas, sabem como se deu esse novo nome.

Eu conheço como Rua Barro Vermelho e dou o meu endereço sempre assim, mas o povo quis mudar, né? Acho que porque quando o povo fala chama de rua das bostas (risos), não sei, mas eu moro na Rua Barro Vermelho já cá em cima [...] agora, mudou depois que entrou uma associação na rua e eles diziam que ela tinha que ter um nome, então falaram na prefeitura para mudar, mas aí não sei se chegou a mudar mesmo, mas já é chamada assim por moradores (ENTREVISTADA 3).

Sempre foi Barro vermelho e não foi logo rua, pois era tudo fazenda, mas se tinha essa estrada vicinal que hoje é a rua e que quando passou a ser rua mesmo tinha as casas que o povo foi fazeno. E o nome que foi logo dado também foi Rua Barro Vermelho e quem mudou foi o povo daí da rua mesmo, pois tinha o apelido de rua da bosta (risos) Tá gravando? (risos) isso porque assim, ó! Um cidadão que veio do sertão com apelido de Seu Galego e a esposa chamava Alaíde aí eles vieram, eram sertanejo e fizeram uma casinha ali na encruzilhada porque já tinha terminado a linha de trem, aí no lugar da linha de trem eles fizeram um barracozinho e ficaram morando, só que eles fazia as necessidades e jogava nesse lugar que era onde era a passagem da linha do trem e perto da rua e o pessoal que vinha dia de sábado e quarta-feira das roças, dos Macacos, de Santana de tudo quanto era quanto e desciam com as cargas nos animais, começaram a provocar, pois era muita sujera de bosta aí diziam assim: aqui pode se denunciar como rua das bostas, vamo chamar de rua das bostas [...] de madrugada todo povo que discia dizia isso, aí foi pegando o nome rua da bosta, rua da bosta, mas como o nome era feio (risos) o povo pegou e mudou para Rua da Vitória tem pouco tempo. Foi até Preguinho que estava todo envolvido na época, junto com a associação, iam até para rádio, eu me lembro muito de Preguinho que ele falava que ia ser Rua da Vitória, pois teve uma época que ele queria ser até vereador (ENTREVISTADA 5).

3.3 A SAUDADE PELO TEMPO QUE SE FOI

Geralmente quando se conta momentos passados e estes resguardam boas lembranças, é inevitável certo saudosismo. Ao longo de todas as entrevistas tinham-se instantes de respiração profunda quando as memórias dos tempos de infância e adolescência vinham à tona. Foram ouvidas com atenção, todas as recordações de quando tudo era mais tranquilo, de como, eles também eram felizes mesmo sem essa tecnologia toda que se tem atualmente. No intuito de não deixar de lado nessa pesquisa esses momentos recordados por eles, é que, como conclusão desse capítulo se traz algumas dessas falas. O objetivo é demonstrar a importância que a oralidade e as memórias têm em relação à retratação de um determinado fato.

As casas eram tudo de chão batido, tudo simples, num tinha piso, num tinha um telhado bom, uma porta boa, mas o tempo era melhor num tinha perigo, as casa dormia tudo de porta aberta [...] cansou de a gente ficar brincando noite de lua no terreiro depois corria tudo para dormir e aporta dormia aberta, num tinha nada. Todo mundo criava boi, porco, galinha [...] tem vez que já sonho com isso aqui, como era antigamente, mudou tudo (ENTREVISTADA 1).

O tempo de antes não tinha essas coisas que tem hoje, não. O bairro era bem tranquilo, mas depois que começou a chegar mais gente, gente de todo tipo a coisa foi piorando, é tanta gente estranha que passa por a gente todo dia aqui. Antes podíamos brincar a vontade até tarde sem se preocupar ou ficar conversano que ninguém bulia com a gente, mas hoje quem quiser que fique. Minha sobrinha mesmo essa semana tava lavando roupa no fundo da casa com o celular de junto aí ela entrou dois minutos dentro de casa e quando voltou cadê mais celular, já tinham levado, eles ficam pelo fundo aí só espiando a gente (ENTREVISTADA 3).

Mudou tudo, quando eu tinha uns dez a doze anos já [...] um povo veio midindo, midindo e tal e tal e botou uma pedra enfiada lá perto da fonte no riacho, pintada de vermelho e amarelo e disseram que dali para lá seria tudo rua de Santo Antônio de Jesus, mas eu disse: mais quá, mais quá como é que vai fazer rua aqui tudo quintal de café, depois! Num é que hoje em dia ta quase tudo assim? [...] Quantas vezes a gente manocava fumo, rapava mandioca em noite de lua e não tinha nada, hoje não se pode mais fazer isso e o povo visitava um ao outro até tarde a noite e hoje todo mundo trancado em suas casas cedo (ENTREVISTADA 5).

Ao ouvir esses relatos, se pôde perceber a mudança na configuração e na dinâmica espacial da localidade ao longo do tempo. Antes o bairro era um local pouco habitado e conseqüentemente mais pacato, porém segundo os entrevistados, a chegada de novos moradores, impulsionou o crescimento do mesmo, e, por conseguinte a violência e a falta de segurança também aumentaram. Atualmente, o bairro é segregado socioespacialmente.

4 COMO OS MORADORES PERCEBEM E AGEM EM RELAÇÃO A DEFICIÊNCIA DE INFRAESTRUTURA NA LOCALIDADE

Neste capítulo serão abordados os resultados e discussões referentes ao levantamento de campo. Nesse momento da pesquisa, se identificou a cobertura de infraestrutura presente na Rua da Vitória, através do formulário *Pedalitta*. Posteriormente foram aplicados questionários em noventa e quatro domicílios. Com os dados levantados em *lócus*, foram elaborados gráficos de setores e tabelas para melhor representá-los, bem como um quadro para representar os serviços de infraestrutura existentes na localidade e um mosaico com algumas imagens registradas da rua.

4.1 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA RUA DA VÍTORIA POR TRECHO

Objetivou-se também nessa pesquisa, identificar a cobertura de infraestrutura presente no logradouro de estudo, para tal fim, buscou-se a utilização de um formulário contendo alguns itens de serviços básicos relacionados a esta. O levantamento foi delimitado por trechos, no qual toda vez que a rua se encontra com outra via de acesso, se considerou como um. Vale salientar onde se começou este levantamento e o término do mesmo, o sentido seguido foi da sede da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), até onde se localiza a Escola Municipal Áurea Chamusca, ambos se constituem como pontos de referências para se identificar o começo e o final da rua, respectivamente. Desta forma, ao todo, se identificou seis trechos e em cada um destes foi constatado se naquele local existia determinados serviços de infraestrutura. Em seguida dispõe-se o quadro elaborado a partir dos dados levantados.

Serviço de infraestrutura	Trechos					
	T1	T2	T3	T4	T5	T6
Pavimentação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Esgotamento sanitário	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Drenagem pluvial	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Abastecimento de água	Rede geral	Rede geral	Rede geral	Rede geral	Rede geral	Rede geral
Eletrificação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Iluminação pública	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Telefonia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Passeio	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Coleta de lixo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Figura 2: Quadro com descrição da *Pedalitta* da Rua da Vitória.
 Fonte: Elaborado a partir do levantamento de campo, 2015.

Como se pode verificar no quadro acima, a rua não possuía nenhum tipo de pavimentação, nem drenagem pluvial e passeio até o momento de realização desta pesquisa. Os serviços de eletrificação, iluminação pública, telefonia e coleta de lixo são distribuídos em toda a área estudada. Já o esgotamento sanitário não se estende até os trechos cinco e seis, pois não foi feita a implementação da rede nestes locais. Identificou-se nesse levantamento que o abastecimento de água é fornecido através da rede geral, administrada pela EMBASA. A seguir tem-se um mosaico com registros fotográficos feitos durante a realização do levantamento da infraestrutura da área de estudo.



Figura 3: Mosaico fotográfico com imagens de trechos da Rua da Vitória
 Fonte: Elaborado a partir do levantamento de campo, 2015.

4.2 LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIOECÔNOMICO DOS MORADORES

O terceiro objetivo proposto nessa pesquisa é o de levantar o perfil socioeconômico dos moradores da Rua da Vitória. Assim, no intuito de alcançar o mesmo, foram estabelecidas algumas variáveis que se enquadram em um levantamento de cunho social e econômico. Com os dados coletados, através do questionário foram construídas tabelas com os resultados. A seguir dispõem-se as mesmas, bem como a análise dos dados obtidos.

Tabela 1: Perfil socioeconômico: tempo de moradia e pessoas por domicílio

Variáveis	Número absoluto	Porcentagem
Tempo que reside na rua		
06 meses-----10 anos	29	31%
11-----20 anos	21	22%
21-----30 anos	16	17%
Acima de 30 anos	28	30%
Quantidade de pessoas por domicílio		
01-----02	21	22%
03-----04	44	47%
05-----06	24	26%
07-----08	05	5%

Fonte: Elaborada com base na coleta de dados em campo, 2016.

A primeira variável estabelecida foi o tempo em que a pessoa já residia na rua (Tabela 1). Como se pode observar na tabela, trabalhou-se com um intervalo que partiu de seis meses, pois foi o menor período encontrado nas respostas. Com isso, identificou-se que cerca de (31%) dos questionados, residem entre seis meses a dez anos e os outros (69%) dividem-se, de onze a vinte anos, vinte e um a trinta anos e acima de trinta anos. Esse resultado já pode ser relacionado com a condição de moradia (Tabela 2), pois aqueles que responderam que sua moradia é alugada (22%) se concentram no intervalo de seis meses a dez anos.

Quanto à quantidade de pessoas por domicílio, identificou-se que em média moram de três a quatro. Tem-se assim, um resultado condizente com a realidade brasileira, na qual, a cada período o número de membros por família vem caindo gradativamente e resultando em arranjos familiares cada vez menores. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), o tamanho médio da família no Brasil vem declinando lentamente, sendo influenciado, principalmente, pela diminuição progressiva do número médio de filhos por mulher. Nessa mesma perspectiva, Alves e Cavenaghi (2012) ressaltam, que juntamente com a transição urbana, a transição demográfica e a transição na estrutura etária, o Brasil também está passando por uma mudança na estrutura familiar. Segundo os mesmos autores, tem sido constatado que os domicílios brasileiros vêm apresentando menor densidade

demográfica e as famílias estão ficando menores, e que este fenômeno é ocasionado principalmente pela queda da taxa de fecundidade.

Tabela 2: Perfil socioeconômico: quantidade de cômodos e condição de moradia

Variáveis	Número absoluto	Porcentagem
Quantidade de cômodos do imóvel		
03-----05	22	23%
06-----08	56	60%
09-----11	16	17%
Condição de moradia		
Própria	73	78%
Alugada	21	22%
Cedida	0	0%
Outra	0	0%

Fonte: Elaborada com base na coleta de dados em campo, 2016.

Ao perguntar sobre o número de cômodos da casa, percebe-se que a maioria (60%) habita em residências de seis a oito cômodos. Esse resultado demonstra que estas pessoas moram em casas já com certa estruturação, o que pode ser relacionado com os dois resultados obtidos acima, o do tempo que reside na rua e da condição de moradia. É possível perceber que pessoas com maior tempo de moradia (Tabela 1), possuem residências próprias, indicando que já se encontram instaladas com certa estabilidade na localidade.

Para a variável da faixa etária de cada pessoa residente no domicílio (Tabela 3), foi estabelecido um agrupamento etário por categoria. Vale salientar que, devido às diversas formas de agrupamento de pessoas em determinadas faixas etárias, as quais são debatidas e defendidas por muitos especialistas, optou-se nessa pesquisa por utilizar para as categorias crianças e adolescentes o que é preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e instituído na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Então, as crianças estão agrupadas de 0 a 11 anos de idade e os adolescentes de 12 aos 18 anos de idade.

Já para a categoria adultos foi feita uma avaliação para um melhor enquadramento e definiu-se que estes seriam compreendidos na faixa etária dos 19 aos 59 anos de idade. Salienta-se que se incluíram os jovens nesse mesmo grupo,

por entender que este posicionamento não afetaria a análise que se pretendia fazer para essa variável. Por fim, foram agrupados na categoria de idosos, aqueles que possuem idades iguais ou superiores aos 60 anos, como estabelece o Estatuto do Idoso, imbuído na Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003.

Tabela 3: Perfil socioeconômico: faixa etária e nível de escolarização

Variáveis	Número absoluto	Porcentagem
Faixa etária de cada pessoa residente no Domicílio		
Crianças	63	19%
Adolescentes	54	17%
Adultos	175	53%
Idosos	36	11%
Nível de escolarização de cada pessoa residente no domicílio		
Não possui escolarização	39	12%
Ensino Fundamental I incompleto	55	17%
Ensino Fundamental I completo	23	7%
Ensino Fundamental II incompleto	61	19%
Ensino Fundamental II completo	11	3%
Ensino Médio incompleto	51	15%
Ensino Médio completo	79	24%
Ensino Superior incompleto	2	1%
Ensino Superior completo	7	2%

Fonte: Elaborada com base na coleta de dados em campo, 2016.

Com a disposição dos resultados, foi constatado que nas residências onde se aplicou os questionários, se encontram mais pessoas adultas (Tabela 3). Com efeito, já se esperava isto, pois como nesse grupo o intervalo é maior, logicamente que se teria um maior enquadramento de pessoas nele. Mas o que se pode destacar nessa análise é o número considerável de idosos (11%), parece pouco em relação à quantidade de adultos, porém se identifica que na rua se encontra uma população que caminha na mesma direção da curva de envelhecimento da população brasileira. Atualmente no Brasil se tem uma expectativa de vida, bem maior que décadas passadas, como é retratado por Borges, Campos e Silva (2015) que destacam como o formato triangular da pirâmide populacional brasileira, com uma base larga, vem

dando lugar a uma pirâmide etária típica de uma população envelhecida, com a redução da participação relativa de crianças e jovens e o aumento proporcional de adultos e idosos.

Em relação aos dados que demonstram o nível de escolarização de cada pessoa residente no domicílio, salienta-se que os (12%) declarados sem escolarização estão distribuídos entre crianças menores de três anos, sendo maioria nesse grupo, e alguns adultos que não foram alfabetizados de fato. É cabível, destacar o número relevante de pessoas que possuem o Ensino Médio completo, demonstrando dois extremos da escolaridade dos moradores da localidade. Um grupo considerável que chegou a um nível maior de escolarização em relação a outro que não chegou a concluir seus estudos básicos.

Observa-se que muitos dos questionados não possuem uma formação escolar básica completa (foram excluídos dessa análise, os moradores que ainda estão para concluir algum nível de escolarização) e número de estudantes em faculdades ou universidades é baixíssimo. Essas características estão mais ligadas a uma população geralmente de baixa renda, que na maioria das vezes largam os estudos para trabalhar e poder ter um meio de subsistência, já que estudar demanda tempo e por isso mesmo não é viável para quem tem família para sustentar. E por ter pouca escolarização, é que os dados de renda familiar mensal destes moradores se concentram de um a dois salários mínimos (Tabela 4).

Tabela 4: perfil socioeconômico: quantidade de pessoas com ocupação e renda familiar

Variáveis	Número absoluto	Porcentagem
Quantidade de pessoas do domicílio com Ocupação		
Formal	132	75%
Informal	43	25%
Renda familiar mensal		
Menos de um salário mínimo	5	5%
De um a dois salários mínimos	49	52%
De três salários mínimos	27	29%
Acima de três salários mínimos	13	14%

Pode-se observar que mais da metade (52%) dos que foram questionados declararam que possuem renda mensal nesse intervalo. Isso só confirma que aqueles com uma formação mais elevada tendem a ter melhores rendas em relação aos que não possuem uma educação escolar completa. Quanto à quantidade de pessoas com alguma ocupação: formal ou informal percebe-se que um número relevante se concentra na categoria formal, mas a quantidade de informais deve ser considerada, pois o percentual é de (25%), demonstrando que a informalidade trabalhista se encontra presente entre os questionados.

4.3 PERCEPÇÕES DOS MORADORES SOBRE A INFRAESTRUTURA DA RUA

Na busca de se alcançar o quarto objetivo desta pesquisa que, era saber como a precariedade na infraestrutura da localidade afeta o cotidiano dos moradores, buscou-se através do questionário algumas variáveis que subsidiassem o mesmo. Então, com base em relatos de moradores da Rua da Vitória em relação a transtornos causados pela ausência de pavimentação da rua, foi pertinente selecionar três problemas mais frequentes decorrentes desta para que se pudesse identificar qual interfere mais em suas práticas cotidianas. Dispondo dos resultados foi constatado que a poeira é muito inconveniente para estes. Com cerca de (55%) a mesma dispõe de mais da metade das respostas dos questionados (Figura 4). Podemos trabalhar com duas hipóteses para este possível resultado: a primeira pode está ligada a limpeza das casas e a segunda a doenças respiratórias em crianças e idosos advindos desta. As outras duas opções foram a lama e os buracos, ficando com (21%) e (24%) respectivamente das respostas.

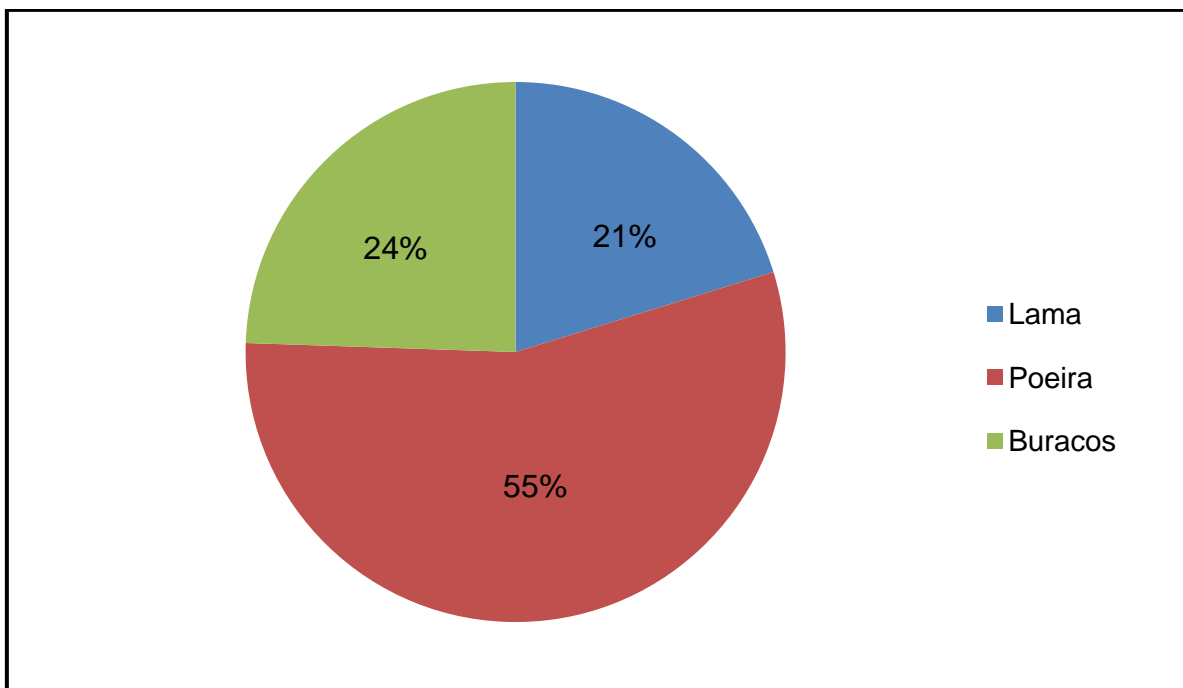


Figura 4: O que causa mais transtorno devido à falta de calçamento na rua
Fonte: Levantamento de campo, 2016.

Questioná-los sobre a falta de áreas públicas de lazer no bairro onde está localizada a rua, também se mostrou relevante, pois se faz necessário saber se de algum modo há certo incômodo em relação a não existência de pracinha, quadra de esportes, etc. na localidade. Com um percentual de (82%) das respostas os questionados demonstraram que a ausência destes locais incomoda sim. Já (16%) apontaram que não sabem dizer e (2%) confirmaram que não (Figura 5).

Ao analisar esses resultados, é perceptível que a maioria dos moradores compreende que de certa forma a inexistência dessas áreas faz falta de alguma forma. O bairro tem muitas crianças e muitos adolescentes que necessariamente precisam de espaços como estes para momentos de diversão. Porém, não só esse público que desfrutariam desses locais, mas a população local como um todo.

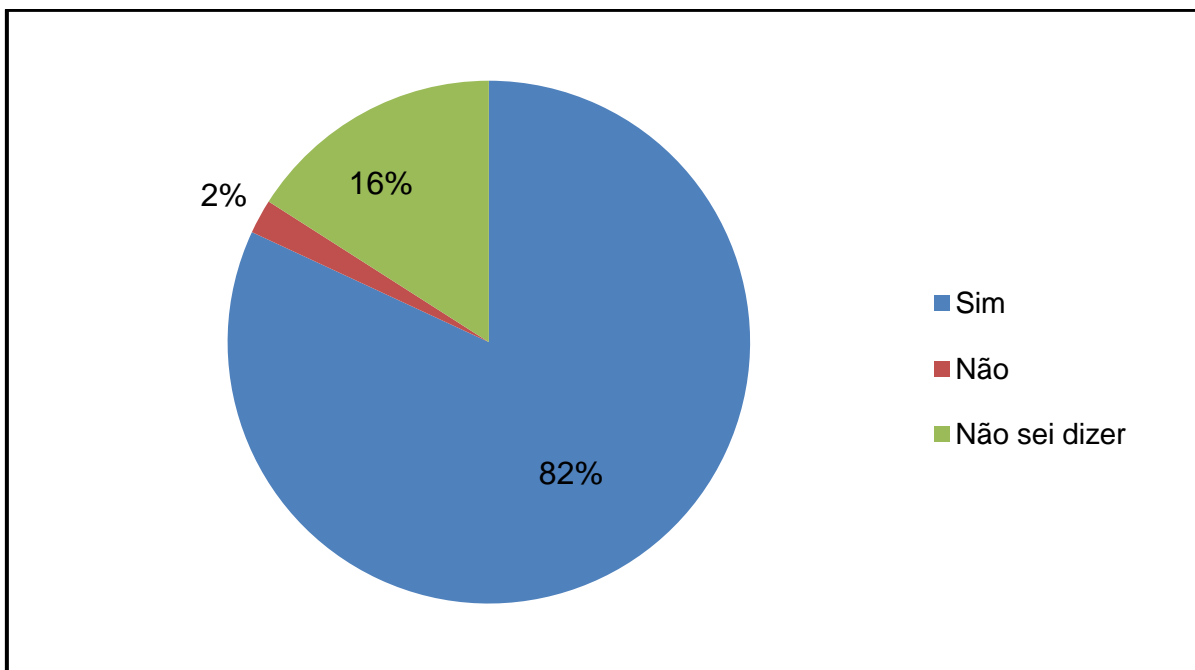


Figura 5: Incômodo com a falta de áreas públicas de lazer no bairro.
Fonte: Levantamento de campo, 2016.

Na Figura 6, tem-se a avaliação que os moradores fizeram a respeito da iluminação pública da rua. Com (54%) das respostas, estes a consideraram como regular, seguida de boa (44%) e ruim (2%). Isso demonstra uma percepção de que algumas formas de infraestrutura da localidade funcionam de forma aceitável, sem causar maiores transtornos. Mostra certa maturidade em não avaliar tudo como ruim se outra coisa não está lhe agradando. O mesmo aconteceu na avaliação do atendimento geral no posto de saúde do bairro.

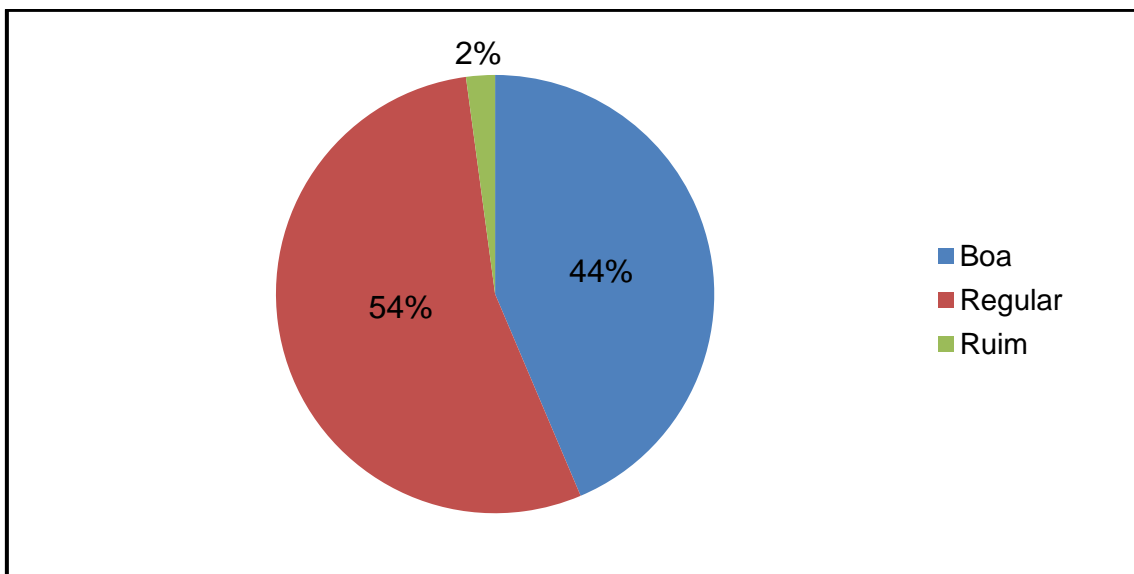


Figura 6: Avaliação da iluminação pública da rua.
Fonte: Levantamento de campo, 2016.

Ao responderem a pergunta sobre o posto de saúde (Figura 7), cerca de (42%) avaliaram que o mesmo possui um atendimento bom. Seguindo uma linha coerente, outros responderam que habitualmente são atendidos de forma: regular (38%), ótima (15%), excelente (5%). Apenas (1%) respondeu que é ruim, o mesmo percentual que classificou como péssimo. É importante ressaltar que isso não significa uma isenção de problemas neste ambiente, ao contrário, foi relatado informalmente que às vezes faltam medicamento, a demanda de pacientes do posto é grande, devido o mesmo atender a um bairro com uma população considerável e ainda a alguns espaços rurais. O que pode ter acarretado nas respostas favoráveis, é o fato de que foi solicitada uma classificação em relação ao atendimento geral do posto de saúde. Neste momento os questionados devem ter balanceado todos os tipos de serviços prestados, que vai desde o trabalho do(a) agente comunitário(a) ao do(a) médico(a).

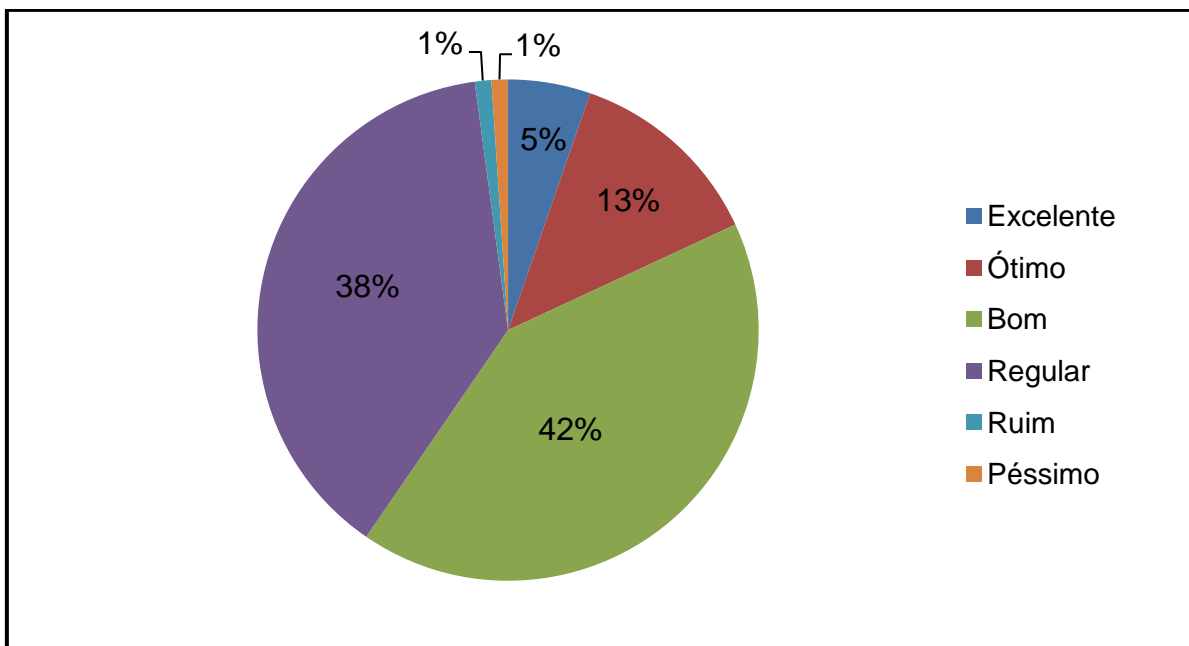


Figura 7: Avaliação do atendimento no posto de saúde do bairro.
 Fonte: Levantamento de campo, 2016.

Referente à coleta de lixo, esta também não é um empecilho nas práticas cotidianas dos moradores. Mais da metade (52%) considerou a mesma regular (Figura 8), logo em seguida temos com (47%) os que opinaram como boa e (1%) optaram por ruim. Considerando que em muitos locais do Brasil ainda se tem um forte descaso com a coleta básica do lixo, observou-se que na rua de estudo, esta acontece regularmente de fato. Em alguns dias da aplicação do questionário, foi constatado que os moradores colocam os resíduos sólidos em um lugar certo, prevendo sua remoção, lembrando que há dias preestabelecidos para tal retirada e também horários.

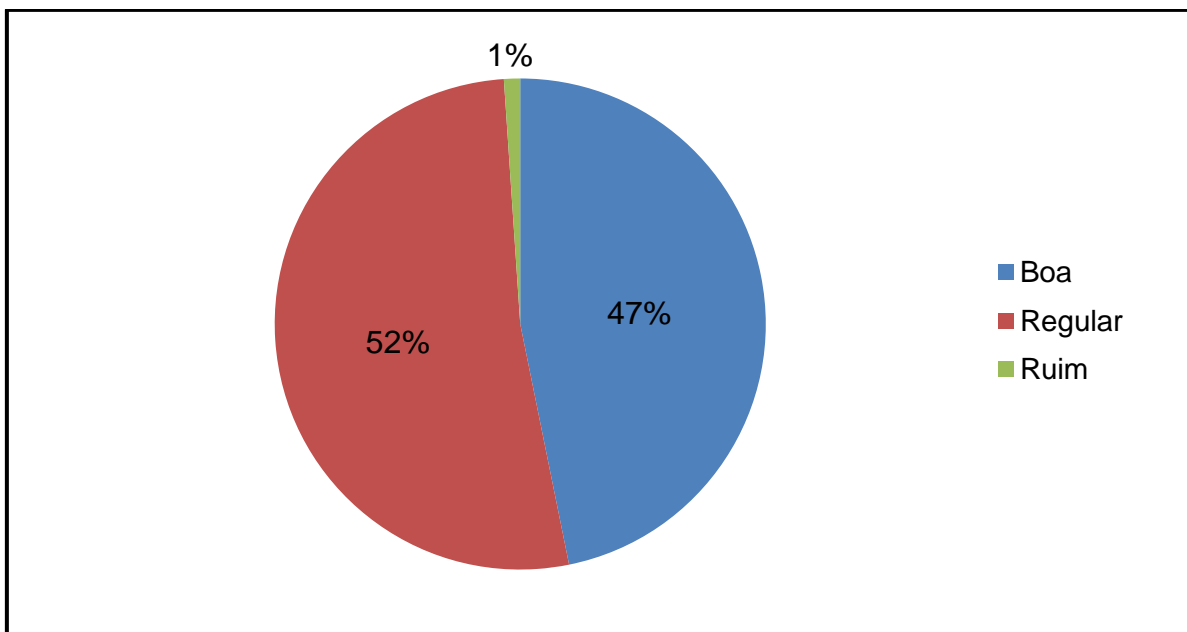


Figura 8: Avaliação da coleta de lixo na rua.
 Fonte: Levantamento de campo, 2016.

Não obstante, uma inquietação bastante pertinente foi saber o local onde é jogado o esgoto da residência dos questionados, pois era preciso compreender até que ponto estes também contribuí para a precariedade da infraestrutura da rua. Ao tabular os dados, constatou-se que (67%) utilizam da rede geral para jogar seu esgoto residencial. Outros (33%) ainda utilizam de fossas, isso por motivos como: a ausência do esgotamento sanitário em uma parte da rua, por a residência ficar localizada em um sítio, ou por não ter tido recursos financeiros para comprar os materiais para encanação na época em que foi logo colocada à rede. Nenhum dos questionados respondeu que joga na rua.

4.4 COMO OS MORADORES AGEM EM RELAÇÃO À DEFICIÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DA RUA

A partir de agora, o enfoque maior será voltado para uma parte da análise dos dados que muito interessou o andamento dessa pesquisa. Como um dos objetivos da mesma é de coletar dados que identifiquem possíveis articulações ou

mobilizações feitas pelos moradores visando melhorias nos serviços, então foram estabelecidas algumas perguntas que trouxessem subsídios para tal fim.

A primeira questão a ser analisada condiz com as solicitações feitas pelos moradores para cobrar algum serviço de infraestrutura ao poder público do município para rua. Assim, obteve-se o seguinte resultado: nenhuma vez (70%), mais de três vezes (22%), duas vezes (8%) e uma vez não obteve nenhum enquadramento. Nesta mesma pergunta também foi solicitado que ao responder uma categoria diferente de nenhuma vez, fosse dito o que foi reivindicado. Assim, constatou-se que foram feitos pedidos de: calçamento, conserto de lâmpada queimada de postes e ronda policial, vale destacar que essa última não compete à gestão municipal realizar. Mas o que nos cabe aqui é discorrer o motivo pelo qual, um percentual significativo, declarar que nunca vez uma solicitação de um serviço público para rua.

Sabe-se que essas pessoas, com certeza, passam por problemas decorrentes da deficiência de infraestrutura, seja pela falta de calçamento ou até mesmo por uma lâmpada queimada que gera escuridão em certo trecho. Mas talvez, um empecilho para que elas não cobrem o melhoramento de certos serviços, pode ser o que alerta Matos (2008), este autor retrata que, os problemas de ordem pública são de interesse coletivo e como não temos uma cultura de coletividade no Brasil, muitos não se atem em buscar resolver essas dificuldades, pois temos um costume lamentável de nos ausentar nas discussões acerca das questões coletivas.

Ao questioná-los também se de alguma maneira já houve solicitação juntamente com outras pessoas para cobrar algum serviço público para rua, (48%) afirmaram que sim (Figura 9). Para estes perguntou-se qual meio coletivo de reivindicação foi utilizado, e eles disseram que um abaixo-assinado pedindo calçamento. Porém, alguns relataram que até hoje não tiveram uma resposta das pessoas que coletaram as assinaturas, ou seja, não obtiveram nenhuma satisfação do que foi feito. Mesmo sendo um número significativo de moradores que assinaram a lista para fazer o pedido, ainda vemos que é menos da metade, pois (52%) afirmaram que não utilizou coletivamente de nenhum instrumento reivindicatório.

Existe uma grande fragilidade no que se refere ao trabalho conjunto, pois em nossa sociedade não se encontra intrínseca uma cultura de olharmos para problemas de ordem pública, como nossos também (MATOS, 2008). O que existe é

a separação do público e do particular, se eu consigo mediar no dia a dia os transtornos causados pela falta de algum serviço, mas meu vizinho não, ele que tente resolver. Ressalvo aqui que alguns dos participantes da pesquisa, residem no bairro há menos de 3 anos, tempo em que o abaixo-assinado já tinha sido aplicado e por isso os mesmos podem ter respondido que não.

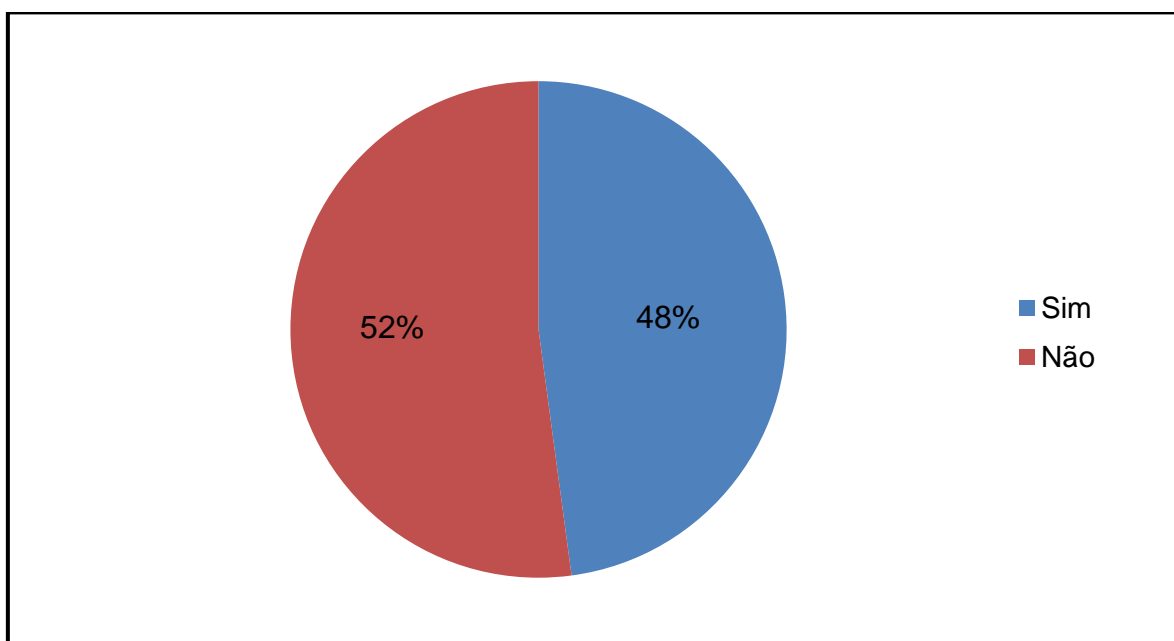


Figura 9: Participação com outras pessoas para cobrar algum serviço público.
Fonte: Levantamento de campo, 2016.

Há mais ou menos seis anos, começou a se estruturar uma associação de moradores na Rua da Vitória, porém não se estabeleceu plenamente e acabou findando-se, devido a fato de que a presidente da mesma, na época foi morar em outra cidade e os outros membros não deram continuidade ao trabalho que vinha sendo feito. Com a ex-presidente da mesma, obtivemos algumas informações a respeito do funcionamento e da estruturação desta. Como se tornou importante saber se os moradores sabiam da existência da associação e se estes participavam das reuniões, foram feitos esses questionamentos e obtiveram-se os resultados a seguir:

Referente ao conhecimento dos moradores acerca de que existiu uma associação na rua (64%) confirmou que sim e os outros (36%) que não (Figura 10).

Porém o que nos chama a atenção é o fato de (67%) dos (64%) que responderam afirmativamente terem consciência, afirmarem que não participou de nenhuma reunião. Mas uma vez volta-se a identificar o comodismo imposto em nossa sociedade de não estarmos preparados para discutir questões coletivas.

É extremamente desanimador perceber que as pessoas ainda não compreenderam a importância do controle social e que este parte de pequenas ações de cidadania na própria localidade onde vivem, a exemplo, buscar se interar de organizações que se estabelecem em sua rua, bairro, etc. para melhorar suas condições de vida.

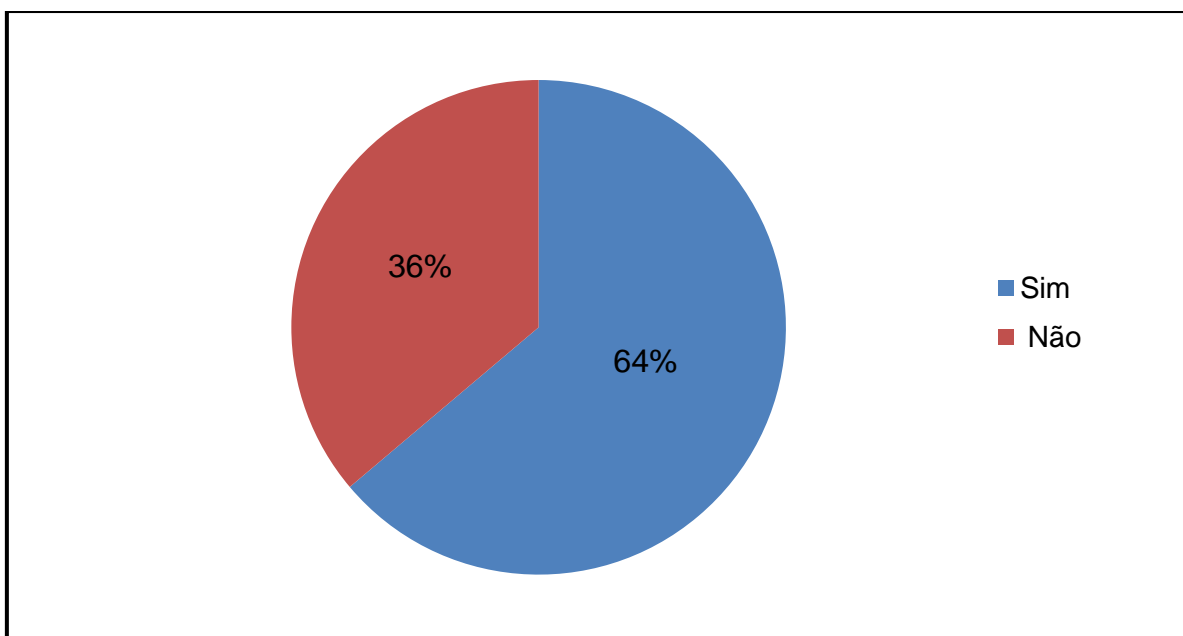


Figura 10: Conhecimento que existiu uma associação de moradores na rua.
Fonte: Levantamento de campo, 2016.

Também se identificou que nunca houve participação dos moradores em reuniões da Câmara de Vereadores de Santo Antônio de Jesus para reivindicar melhorias nos serviços de infraestrutura da rua. Todos (100%) confirmaram que não foram nesse ambiente de tomadas de decisões para cobrar melhoramentos na localidade. E ao pedir para que eles respondessem se acham que a gestão municipal atual tem agido para reduzir os problemas de infraestrutura da rua, categoricamente todos consideraram que não, as outras opções eram não e não sei dizer. A partir dessa pergunta, foi desencadeada outra, referente a avaliação da

forma como a gestão tem atuado no município como um todo (Figura11). Assim, tem-se o seguinte resultado: cerca de (60%) avaliaram como insatisfatória, mas (39%) acreditam que é satisfatória e (1%) disse que é excelente. Ao ponderar sobre essa questão deve-se levar em consideração que muitos dos que responderam que a forma de trabalho da gestão no município é aceitável ou excelente, não caíram em cotradução, mas avaliaram que em outras áreas do município estão sendo concentradas as melhorias.

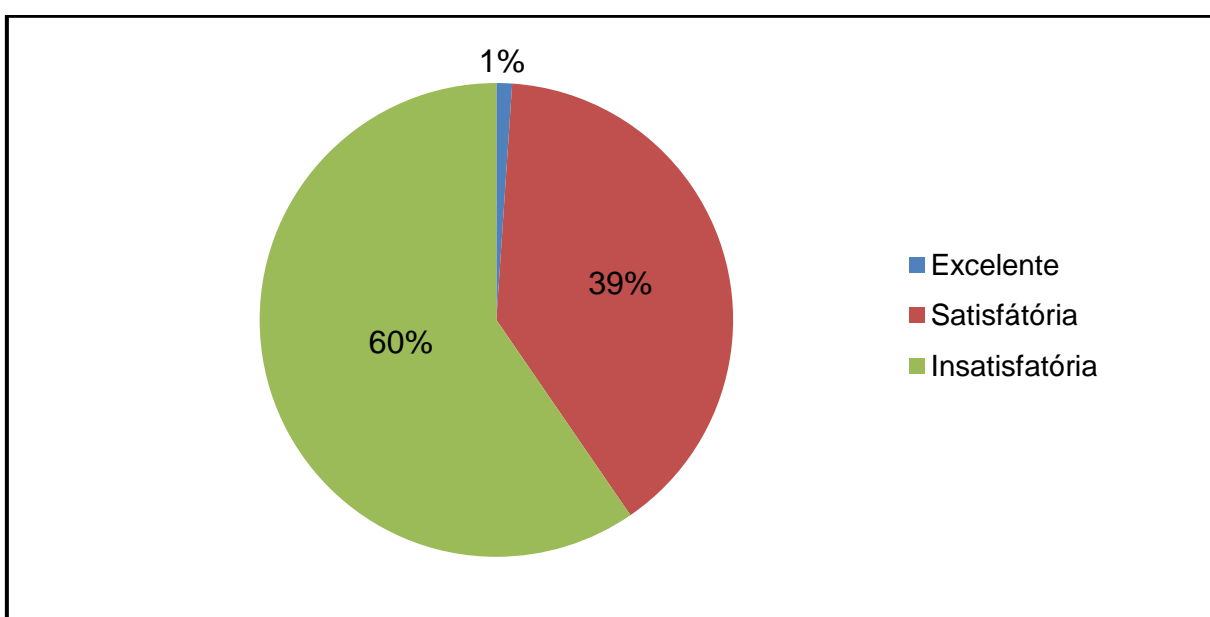


Figura 11: Avaliação de como a gestão municipal vem trabalhando no município.
Fonte: Levantamento de campo, 2016.

Para finalizar as perguntas do questionário lançou-se a seguinte pergunta: o que mais gostaria de ver implantado na sua rua? E mais da metade (51%) respondeu que o calçamento, em sequência: transporte público (19%), segurança pública (16%), escola de Ensino Fundamental II (9%), quadra de esportes (3%) e pracinha (2%) (Figura12). A vontade da população em ver a pavimentação da rua é óbvia, pois a falta desta é a que causa mais transtornos (poeira, lama, buracos) como já se discutiu anteriormente. É de conhecimento que com as obras de calçamento podem chegar outros serviços para o bairro, como é o caso do transporte público que muitas vezes não chegam até certa localidade por causa de empecilhos, como os buracos que atrapalham a locomoção dos ônibus.

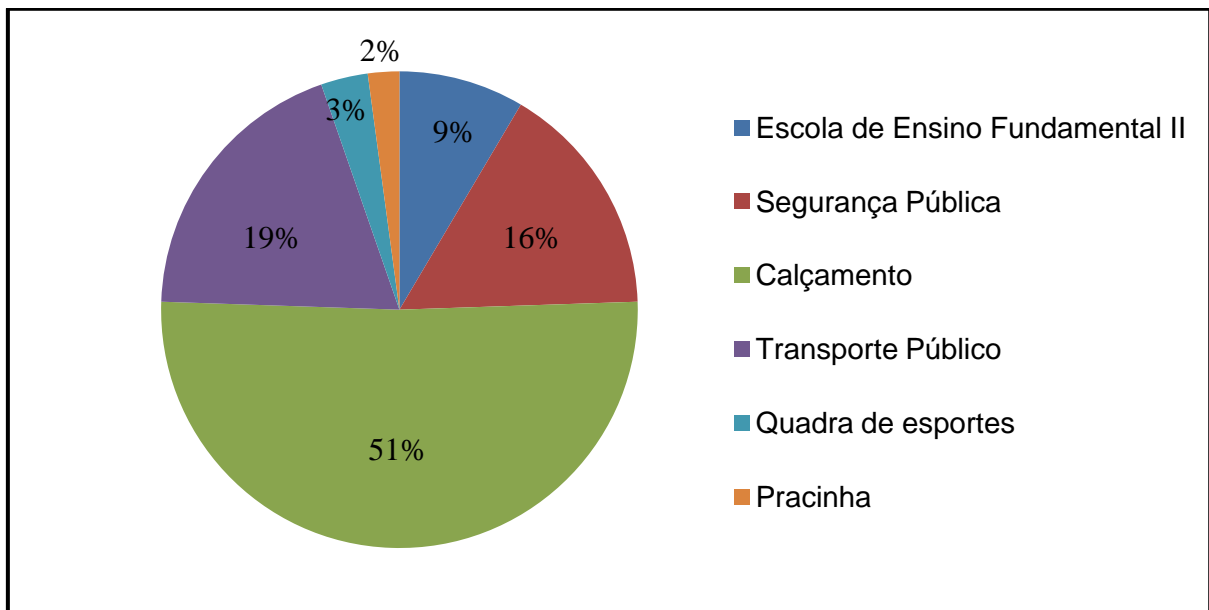


Figura 12: Serviço público que gostaria de ver implantado na rua.
 Fonte: Levantamento de campo, 2016.

Como pode ser observado, há poucas articulações dos moradores da Rua da Vitória para resolverem as dificuldades enfrentadas, mesmo que paliativamente, provenientes de alguns problemas de infraestrutura. A forma com que eles agem para cobrar melhorias dos serviços públicos na localidade é fragilizada e por vezes desorganizada. A não continuidade da associação de moradores demonstra como falta uma maior organização destes para que seja possível, cobrar, fiscalizar e alcançar serviços públicos com qualidade. A pouca participação nas reuniões quando existia a associação, comprova o que é discutido por Matos (2008), falta à cultura de coletividade no Brasil, consequentemente resolver problemas de ordem da comunidade ainda é muito complexo. Desta forma, seria necessário que estes tenham mais conhecimento sobre as políticas de investimentos públicos nas gestões urbanas, para que como é retratado por Rocha (2009) possam organizar-se melhor para buscar efetivar a transparência nas tomadas de decisões, que poderão trazer soluções para os problemas urbanos de sua comunidade, ou amenizar essas dificuldades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rápido processo de urbanização brasileiro é um dos principais fatores que fez o país apresentar condições urbanísticas precárias. Existe uma diferença, entre uma pequena parte da sociedade com boa infraestrutura urbana, em detrimento a uma maioria que vive em áreas sem planejamento urbano, ou onde este é ineficiente. Essa realidade, composta por uma perversa desigualdade, impulsionou os movimentos populares urbanos a lutarem para a criação de leis e instrumentos que resultassem em uma cidade mais justa e digna de se viver, também para as camadas mais pobres da sociedade brasileira, que sempre estão à margem desta.

Com isso, o controle social foi concebido como um dos meios de se alcançar o direito à cidade e de se cobrar uma reforma urbana para o país. Porém, pela falta de uma cultura de coletividade entre os cidadãos brasileiros e as manobras políticas do Estado, muito do que foi proposto pelos movimentos populares urbanos, para uma efetiva reforma urbana, ficou em segundo plano. Na perspectiva de um controle social eficaz, que contribui decisivamente para a implementação e cumprimento das leis, é que se deve pensar a reforma urbana. Uma vez que, este se configura como um caminho para que alcancemos o direito a cidades mais justas e dignas para seus habitantes. Pois, o direito à cidade deve ser um bem comum a todos os cidadãos e, não restrito a uma parcela da sociedade.

O controle social discutido no estudo de caso desta pesquisa, parte não de imediato de uma gestão democrática, com participação popular expressiva, mas de uma construção básica deste. Entende-se que para se alcançar um pleno e eficaz controle social, deve-se haver primeiramente uma consciência de coletividade em *stricto sensu*, ou seja, a organização de pessoas que visam resolver os próprios problemas partiria inicialmente na comunidade, rua, bairro, como exemplo, se tem as associações de moradores.

Ao realizar o levantamento de campo e análise dos dados obtidos, constatou-se que a forma encontrada pelos moradores de agirem e cobrarem por melhorias nos serviços públicos da localidade é fragilizada, e por vezes desorganizada. Com a descontinuidade da associação de moradores da Rua da

Vitória, desestruturou-se o mínimo de organização que se tinha para cobrar, alcançar e fiscalizar os serviços públicos para localidade.

O conformismo e/ou comodismo das pessoas que vivenciam essa realidade repleta de entraves, gera uma baixíssima participação popular na área de estudo. Uma grande parte dos que residem na rua, possuem baixa renda e escolaridade, sendo mais urgente para eles, à preocupação com os meios de buscar o sustento da família, do que se envolver em lutas ou movimentos que parecem não trazer resultados positivos imediatos. Isso vem implicando em uma formação política mais contundente e um controle social efetivo, pois cidadãos sem muito conhecimento são mais fáceis de serem manipulados. Estes na maioria das vezes não conseguem discernir ou identificar os possíveis “jogos políticos” que envolvem a gestão dos recursos públicos.

Diante dos dados levantados com a presente pesquisa, ficam alguns questionamentos. Quais outros fatores, além do conformismo e/ou comodismo, bem como, a baixa escolaridade, levam os cidadãos a não lutarem pelo direito pleno à cidade? O que falta para uma maior cultura de coletividade na nossa sociedade? O que falta para que os moradores da Rua da Vitória restabeleçam novamente a associação de moradores? Ficam estas questões para tentarem ser respondidas em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex. **Serviços públicos urbanos**. Texto técnico, versão atualizada de março de 1995. São Paulo: Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia e Construção Civil. 2011.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI Suzana Marta. Transições urbanas e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 27, p. 91-114, 2012.

BORGES, Gabriel Mendes; CAMPOS, Marden Barbosa; SILVA, Luciano Gonçalves de Castro. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, Leila Regina; BORGES, Gabriel Mendes; JARDIM, Antonio de Ponte. **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**: subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro. IBGE, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos, o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle social. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Estação de Trabalho Observatório de Técnicos em Saúde, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/nupcialidade-e-fecundidade.html/2016>. Acesso em: 7 março de 2016.

INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS – PÓLIS. **Boletim informativo: Controle social das políticas públicas**, nº 29 – Agosto, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

MATOS, José Santos de. Perspectivas para gestões democráticas e participação popular. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, nº 42, maio/Junho, 2008.

MUKAI, Toshio. **O estatuto da cidade**. São Paulo: Saraiva, 2008.

NASCIMENTO, Ederson; MATIAS, Lindon Fonseca. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de ponta grossa (PR). **RA´E GA**, nº 23, p. 65-97, 2011.

RABAT, Márcio Nuno. **Representação, participação política e controle social: instituições, atores e história**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2010.

ROCHA, José Cláudio. **Teoria do Estado Democrático**. Salvador: EDUNEB, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina . Marco Legal do Direito à Cidade - A Trajetória da Reforma Urbana no Brasil. In: SUGRANYES, Ana; MATHIVEL, Charlotte. (Org.). **Cidades para Todos: propostas e experiências pelo direito à cidade**. Santiago - Chile: Habitat International Coalition, 2010.

SILVA, José Borzacchiello da. Estatuto da cidade versus estatuto de cidade - eis a questão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE I

Formulário *Pedalitta* do logradouro por trecho

Trecho	Pavimentação 1 – Sim 2 – Não Tipo: 1 Asfalto 2 Paralelepípedo 3 Outro	Esgotamento Sanitário 1 – Sim 2 - Não	Drenagem Pluvial 1 – Sim 2 – Não	Abastecimento de água 1 – Rede geral 2 – Poço 3 – Outro	Eletrificação 1 – Sim 2 – Não	Iluminação Pública 1 – Sim 2 - Não	Telefonia 1 – Sim 2 - Não	Passeio 1 – Sim 2 - Não	Coleta de lixo 1 – Sim 2 - Não

Fonte: CONDER

APÊNDICE II



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa (Controle social um caminho para o direito à cidade: estudo de caso na Rua da Vitória no bairro Barro Vermelho em Santo Antônio de Jesus/BA), sob a responsabilidade da pesquisadora MANUELA DA COSTA SILVA, a qual pretende caracterizar como os moradores da Rua da Vitória, percebem e agem em relação à deficiência da infraestrutura na localidade..

Sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas a uma entrevista aplicada por uma graduanda do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia- Departamento de Ciências Humanas- Campus V.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa dizem respeito ao desconforto ou incômodo em responder determinadas questões a respeito das condições de vida (renda, instrução etc). Se o(a) Sr(a) aceitar participar, estará contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento da cidade de Santo Antônio de Jesus.

Se depois de consentir em sua participação o(a) Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato como pesquisador pelo telefone (75) 3631-2855, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNEB, na Rua Silveira Martins, 2555, Cabula, Salvador, email: cepeuneb@uneb.br.

Consentimento pós-informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Data: ___/___/___

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE III



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- CAMPUS V
COLEGIADO DE GEOGRAFIA
Loteamento Jardim Bahia, s/n- Santo Antônio de Jesus
CEP: 44571-005/ TELEFAX: (75) 3631-2855

Entrevista semiestruturada

- 1- Há quanto tempo reside na rua?
- 2- Conhece a história da formação do bairro/rua?
- 3- É do seu conhecimento o ano em que houve a implantação da rua?
- 4- Conhece como foi dado o nome ao bairro e a rua?
- 5- Como era a ocupação das terras antigamente?

APÊNDICE IV



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa (Controle social um caminho para o direito à cidade: estudo de caso na Rua da Vitória no bairro Barro Vermelho em Santo Antônio de Jesus/BA), sob a responsabilidade da pesquisadora MANUELA DA COSTA SILVA, a qual pretende caracterizar como os moradores da Rua da Vitória, percebem e agem em relação à deficiência da infraestrutura na localidade..

Sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas a um formulário de pesquisa aplicado por uma graduanda do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia- Departamento de Ciências Humanas- Campus V.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa dizem respeito ao desconforto ou incômodo em responder determinadas questões a respeito das condições de vida (renda, instrução etc). Se o(a) Sr(a) aceitar participar, estará contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento da cidade de Santo Antônio de Jesus.

Se depois de consentir em sua participação o(a) Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato como pesquisador pelo telefone (75) 3631-2855, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNEB, na Rua Silveira Martins, 2555, Cabula, Salvador, email: cepeuneb@uneb.br.

Consentimento pós-informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/___

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE V



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- CAMPUS V
COLEGIADO DE GEOGRAFIA
Loteamento Jardim Bahia, s/n- Santo Antônio de Jesus
CEP: 44571-005/ TELEFAX: (75) 3631-2855

Questionário

Dados de identificação:

Nome: _____

Endereço: _____

Tempo que reside na rua: _____

Quantidade de cômodos do imóvel: _____

Condição de moradia: () próprio () alugado () cedido () outro _____

Quantidade de membros da família: _____

Idosos: _____ Sexo: Masculino () Feminino ()

Adultos: _____ Sexo: Masculino () Feminino ()

Idade: _____

Adolescente: _____ Sexo: Masculino () Feminino ()

Idade: _____

Criança: _____ Sexo: Masculino () Feminino ()

Idade: _____

Nível de escolarização de cada membro da família:

Ensino Fundamental I completo: _____

Ensino Fundamental I incompleto: _____

Ensino Fundamental II completo: _____

Ensino Fundamental II incompleto: _____

Ensino médio completo: _____

Ensino médio incompleto: _____

Ensino superior completo: _____

Ensino superior incompleto: _____

Quantos têm ocupação: _____:

Formal: _____ Informal: _____

A renda familiar mensal é:

Menos de um salário mínimo ()

De um a dois salários mínimos ()

De três salários mínimos ()

Acima de três salários mínimos ()

1. Qual destes problemas lhe causa mais transtornos devido à falta de calçamento na rua?

Lama ()

Poeira ()

Buracos ()

2. A falta de áreas públicas de lazer no bairro lhe incomoda?

Sim ()

Não ()

Não sei dizer ()

3. A iluminação pública da rua é:

Boa () Regular () Ruim ()

4. Como é o atendimento geral no posto de saúde do bairro:

Excelente () Ótimo () Bom ()
Regular () Ruim () Péssimo ()

5. A coleta de lixo na rua é:

Boa () Regular () Ruim ()

6. O esgoto da sua casa é jogado na:

Rua () Fossa () Rede de drenagem ()

7. Quantos pedidos já foram feitos da sua parte para cobrar algum serviço de infraestrutura ao poder público do município?

Nenhuma vez () Uma vez () Duas vezes () Mais de
três vezes ()

Qual a reivindicação de infraestrutura foi feita?

8. De alguma maneira já houve participação sua juntamente com outras pessoas para cobrar algum serviço público para rua?

Sim () Qual? _____ Não ()

9. É do seu conhecimento que existia uma associação de moradores na Rua da Vitória?

Sim () Não ()

10. Na época em que existia uma associação de moradores da Rua da Vitória, houve alguma participação sua nas reuniões?

Sim () Não ()

11. Já houve alguma participação sua em assembleias da Câmara de Vereadores de Santo Antônio de Jesus para reivindicar melhorias para a sua rua?

Sim () Não ()

12. Da sua parte, acha que a gestão municipal atual tem agido para reduzir os problemas de infraestrutura da rua?

Sim () Não () Não sei dizer ()

13. A gestão municipal atual, em sua opinião, vem trabalhando no município de Santo Antonio de Jesus de maneira:

Excelente () Satisfatória () Insatisfatória ()

14. O que gostaria de ver implantado na sua rua?

- Calçamento
- Escola de Ensino Fundamental II
- Segurança *Pública*
- Transporte público
- Quadra de esporte
- Pracinha

